

PUBLICIDADE LEGAL

Paludo Participações S.A. CNPJ/RF nº 93.169.340/0001-21 - NIRE 43 3 0003125 0

Assembleia Geral Extraordinária - Convocação. Convocamos os acionistas da Paludo Participações S.A., para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará às 9h do dia 22 de março de 2023, na sede da Companhia, situada na Av. Severo Dullius nº 1.395, 9º andar, Bairro São João, Cep: 90.200-310, na cidade de Porto Alegre, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia, a saber: Deliberar sobre: (a) análise e aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação da Vipar Participações Ltda. ("Vipar"), pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Severo Dullius, nº 1395, Sala 903, 9º Andar, bairro Anchieta, CEP 90200-310, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.779.422/0001-19; (b) ratificação da nomeação dos Peritos para a avaliação do patrimônio líquido da Vipar; (c) aprovação do Laudo de Avaliação da Vipar, previamente apresentado pelos Peritos avaliadores; (d) aprovação da incorporação da Vipar pela Companhia, com a consequente extinção da incorporada; e, (e) autorização aos Diretores da Companhia para a prática de todos os atos necessários para a implementação e formalização das propostas aprovadas. Porto Alegre, RS, 13 de março de 2023. **Arlindo Paludo** - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

CTA – CONTINENTAL TOBACCOS ALLIANCE S.A.

CNPJ 00.095.840/0001-85 NIRE 43300033830

CONVOCAÇÃO Assembleia Geral Ordinária

Por meio desta, convocamos os Acionistas da CTA – Continental Tobaccos Alliance S/A, CNPJ No. 00.095.840/0001-85, NIRE 43300033830, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 22 de março de 2023, às 10 horas, na sede social da empresa, situada na cidade de Venâncio Aires, estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia RSC 453, km 2,2, 3411, bairro Industrial, a fim de deliberarem sobre os assuntos abaixo relacionados:

- eleição dos membros do Conselho de Administração para o exercício-fiscal de 2023;
- revisão e deliberação sobre as demonstrações financeiras auditadas de 2022, publicadas em 24/02/2023 no Jornal do Comércio;
- deliberação sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos relativos ao exercício-social de 2022;
- revisão e deliberação acerca da remuneração executiva de 2023 e do bônus de 2022;
- indicação de empresa de auditoria independente para o exercício-social de 2023; e
- outros negócios e assuntos relacionados.

Venâncio Aires, 15 de março de 2023.

Derek Dumont Vaughan
Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



RELATÓRIO DA DIRETORIA
Senhores Acionistas:
Cumprindo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.
Colocamos-nos à disposição dos Senhores Acionistas, para quaisquer esclarecimentos que desejarem.
Canoas, 10 de março de 2023.
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2022 e 31/12/2021		DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS PERÍODOS DE	
ATIVO	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS PERÍODOS DE	
Nota	Nota	Nota	Nota
CIRCULANTE.....	CIRCULANTE.....	RECEITA LÍQUIDA.....	RECEITA LÍQUIDA.....
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	Fornecedores.....	CUSTO DOS SERVIÇOS.....	CUSTO DOS SERVIÇOS.....
Clientes.....	Empréstimos Bancários.....	LUCRO BRUTO.....	LUCRO BRUTO.....
Créditos com Consorciadas.....	Créditos de PF e PJ.....	RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS.....	RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS.....
Cauções e Retenções Contratuais.....	Impostos a Pagar.....	Despesas Comerciais.....	Despesas Comerciais.....
Impostos a Recuperar.....	Obrigações Sociais a Recolher.....	Desp. Gerais e Administrativas.....	Desp. Gerais e Administrativas.....
Adiantamentos a Fornecedores.....	Férias com Encargos a Pagar.....	Outras Receitas Operacionais.....	Outras Receitas Operacionais.....
Outros Ativos Circulantes.....	Contratos de Mútuos.....	Outras Despesas Operacionais.....	Outras Despesas Operacionais.....
Contratos de Mútuos.....	Financ. p/Aquisição de Imobilizado.....	Outras Receitas.....	Outras Receitas.....
Despesas Antecipadas.....	Impostos Parcelados.....	Outras Despesas.....	Outras Despesas.....
NÃO CIRCULANTE.....	Outros Passivos Circulantes.....	LUCRO ANTES DO RESULTADO.....	LUCRO ANTES DO RESULTADO.....
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....	NÃO CIRCULANTE.....	FINANCEIRO.....	FINANCEIRO.....
Depósitos Judiciais.....	Empréstimos Bancários.....	RESULTADO FINANCEIRO.....	RESULTADO FINANCEIRO.....
Juros Diferidos.....	Financ. p/Aquisição de Imobilizado.....	Receitas Financeiras.....	Receitas Financeiras.....
Aplicações Financeiras.....	Fornecedores.....	Despesas Financeiras.....	Despesas Financeiras.....
Cauções.....	Dividendos Propostos.....	LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS.....	LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS.....
INVESTIMENTOS.....	Juros s/Capital Próprio.....	SOBRE O LUCRO.....	SOBRE O LUCRO.....
Partic. P/Incs.Fiscais.....	Impostos Parcelados.....	TRIBUTOS SOBRE O LUCRO.....	TRIBUTOS SOBRE O LUCRO.....
Partic. em Outras Empresas.....	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	Contribuição Social.....	Contribuição Social.....
Outros Investimentos.....	CAPITAL SOCIAL.....	Imposto de Renda.....	Imposto de Renda.....
IMOBILIZADO.....	Capital Social Integralizado.....	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....
INTANGÍVEL.....	ADIANTEMENTO P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL.....	Reversão dos juros remuneratórios do Capital Próprio.....	Reversão dos juros remuneratórios do Capital Próprio.....
Sistemas.....	RESERVA DE LUCROS.....	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO APÓS REVERSÃO DO JCP.....	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO APÓS REVERSÃO DO JCP.....
Outros.....	Reserva Legal.....		
Amortizações Acumuladas.....	Reserva de Retenção de Lucros.....		
TOTAL DO ATIVO.....	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Método Indireto	
Discriminação	Capital Social	Fluxos de Caixa das Ativ. Operacionais	Fluxos de Caixa das Ativ. Operacionais
Saldo em 31/12/2020.....	59.000.000,00	Lucro Líquido.....	Lucro Líquido.....
Lucro Líquido do Exercício.....	-	Ajustes Para Reconciliar o Lucro Líquido ao Fluxo de Caixa.....	Ajustes Para Reconciliar o Lucro Líquido ao Fluxo de Caixa.....
Destinações Propostas à AG.....	2.000.000,00	Depreciações e Amortizações.....	Depreciações e Amortizações.....
Reserva Legal.....	-	Custo das Baixas de Imobilizado.....	Custo das Baixas de Imobilizado.....
Dividendos Estatutários.....	-	IRF sobre Juros Remuneratórios do Capital Próprio Provisionados.....	IRF sobre Juros Remuneratórios do Capital Próprio Provisionados.....
Juros Remuneratórios do Capital Próprio (Dividendo/JCP por Ação Destinado no Exercício).....	-	Lucro Líquido Ajustado.....	Lucro Líquido Ajustado.....
Aumento do Capital Social.....	2.000.000,00	Diminuição/Aumento nas Contas a Receber de Clientes.....	Diminuição/Aumento nas Contas a Receber de Clientes.....
Reversão de Dividendos Propostos.....	-	Diminuição nas Contas de Créditos com Consorciadas.....	Diminuição nas Contas de Créditos com Consorciadas.....
Transferência entre Contas.....	-	Aum. de Outros Créditos em Consórcios.....	Aum. de Outros Créditos em Consórcios.....
Saldo em 31/12/2021.....	61.000.000,00	Diminuição dos Impostos a Recuperar.....	Diminuição dos Impostos a Recuperar.....
Lucro Líquido do Exercício.....	-	Diminuição de Outras Contas a Receber.....	Diminuição de Outras Contas a Receber.....
Destinações Propostas à AG.....	6.000.000,00	Diminuição/Aumento nas Contas a Pagar - Fornecedores.....	Diminuição/Aumento nas Contas a Pagar - Fornecedores.....
Reserva Legal.....	-	Aumento nos Impostos e Contribuições a Pagar.....	Aumento nos Impostos e Contribuições a Pagar.....
Dividendos Estatutários.....	-	Aumento de Férias a Pagar.....	Aumento de Férias a Pagar.....
Juros Remuneratórios do Capital Próprio (Dividendo/JCP por Ação Destinado no Exercício).....	-	Aumento/Diminuição nas Outras Contas a Pagar.....	Aumento/Diminuição nas Outras Contas a Pagar.....
Aumento do Capital Social.....	6.000.000,00	Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades Operacionais.....	Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades Operacionais.....
Transferência entre Contas.....	-	Aquisição de Investimentos.....	Aquisição de Investimentos.....
Saldo em 31/12/2022.....	67.000.000,00	Compra de Ativo Imobilizado.....	Compra de Ativo Imobilizado.....
		Aplicação de Recursos no Intangível.....	Aplicação de Recursos no Intangível.....
		Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento.....	Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento.....
		Contratos de Mútuos Pagos.....	Contratos de Mútuos Pagos.....
		Diminuição de Recursos no Realizável a Longo Prazo.....	Diminuição de Recursos no Realizável a Longo Prazo.....
		Recebimento/Pagamento de Empréstimos.....	Recebimento/Pagamento de Empréstimos.....
		Diminuição/Aumento de Fornecedores de Longo Prazo.....	Diminuição/Aumento de Fornecedores de Longo Prazo.....
		Diminuição/Aumento Impostos Parcelados de Longo Prazo.....	Diminuição/Aumento Impostos Parcelados de Longo Prazo.....
		Pagamentos de Dividendos e Juros Sobre o Capital.....	Pagamentos de Dividendos e Juros Sobre o Capital.....
		Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades de Financiamentos.....	Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades de Financiamentos.....
		Aumento/Diminuição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	Aumento/Diminuição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....
		Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício.....	Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício.....
		Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício.....	Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício.....
		Aumento/Diminuição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	Aumento/Diminuição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Valores expressos em reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS:
A STE – Serviços Técnicos de Engenharia S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Canoas – RS, e tem como objeto social a execução de projetos, prestação de serviços de consultoria, planejamento, assessoria técnica, administração e atividades correlatas ao ramo de engenharia técnica, podendo, a juízo da Diretoria, participar de outras Empresas.
Os principais clientes são Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais, bem como Autarquias e Fundações Federais, Estaduais e Municipais.
NOTA 2 – BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com a Resolução CFC nº 1.255, de 10/12/2009, que aprovou a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas – PMEs, e com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404 de 15/12/1976, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e pela Lei nº 11.941/09, bem como pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.
NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:
Destacamos os seguintes procedimentos adotados:
3.1 – Ativos Financeiros
a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Incluem os saldos em caixa, bem como saldos em contas correntes bancárias, e ainda, saldos em aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, demonstrados pelo custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.
b) Contas a Receber de Clientes
Estão apresentados a valores de realização, com vencimentos de até 90 dias. Não foi constituída provisão para riscos de créditos, considerando não ter histórico de perdas significativas.
c) Créditos Com Consorciadas
Representam antecipações por conta de Contratos de Consórcios em andamento, sem encargo financeiro, cuja liquidação ocorrerá ao final dos respectivos contratos.
d) Outros Recebíveis e Realizáveis
Os demais ativos financeiros estão apresentados a valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.
e) Redução do Valor Recuperável de Ativos
Os valores identificados de ativos não recuperáveis foram baixados para conta de resultado do exercício.
f) Impostos a Recuperar
Representam saldos excedentes de retenções sofridas sobre recebimentos de clientes e sobre rendimentos de aplicações financeiras, a serem compensados com tributos federais vindouros. Alternativamente, poderão ser objeto de pedidos de restituição.
3.2 – Investimentos
Os investimentos existentes em 31 de dezembro de 1995 estão demonstrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até essa data, e representam o montante de R\$ 178.617,83. Os demais, representados por participações em empresas, no valor de R\$ 30.494.345,12, e por terrenos e benfeitorias em imóveis próprios, no valor de R\$ 12.976.898,14, perfazendo o total de R\$ 43.649.861,09, estão demonstrados ao custo de aquisição.
NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Conta
Caixa..... 37.054,56
Bancos Contas Correntes..... 21.271.239,95
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata..... 1.562.692,50
Totais..... 22.870.987,01
NOTA 5 – CLIENTES
Conta
Órgãos Públicos Federais..... 1.796.690,99
Outros Órgãos Públicos..... 6.554.759,58
Empresas Privadas..... 8.367.749,72
Totais..... 16.719.200,29
NOTA 6 – IMPOSTOS A RECUPERAR
Conta
ISS..... 94.859,13
IRPJ-Imposto de Renda Pessoa Jurídica..... 5.203.748,57
CSLL-Contribuição Social s/Lucro Líquido..... 153.818,23
Totais..... 5.452.425,93
NOTA 7 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES
Conta
Adiantamentos a Empregados..... 269.625,83
Crédito com Pessoa Jurídica não Ligada..... 1.477.120,53
Outras Antecipações e Créditos com Consorciadas..... 8.656.140,80
Totais..... 10.402.887,16
NOTA 8 – IMOBILIZADO
8.1 – Composição dos Saldos das Contas
Conta
Prédios..... 3.661.244,23
Instalações..... 47.337,59
Móveis e Utensílios..... 1.111.388,06
Máquinas e Equipamentos..... 1.319.931,23
Veículos..... 854.654,24
Computadores e Periféricos..... 3.077.131,46
Aparelhos Telefônicos..... 84.388,79
Benf. em Imóveis de Terceiros..... 126.197,36
Imobilizado em Andamento..... 1.624.231,93
Terrenos..... 310.500,00
Totais..... 12.217.004,89
8.2 – Demonstração da movimentação dos Saldos no Exercício
Conta
Prédios..... 2.410.258,40
Instalações..... 3.194,49
Móveis e Utensílios..... 361.921,98
Máquinas e Equipamentos..... 578.353,90
Veículos..... 256.687,47
Computadores e Periféricos..... 656.385,99
Aparelhos Telefônicos..... 15.984,28
Benf. em Imóveis de Terceiros..... 61.327,57
Imobilizado em Andamento..... 1.624.231,93
Terrenos..... 310.500,00
Totais..... 6.278.846,01
NOTA 9 – EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS
Discriminação
a) Passivo Circulante
Contrato Mercado Interno..... 2.936.693,69
b) Passivo Não Circulante
Contrato Mercado Interno..... 4.107.670,23
NOTA 10 – IMPOSTOS A PAGAR
Conta
IRRFFonte..... 1.559.210,14
ISSQN..... 188.579,28
COFINS..... 2.404.771,49
PIS..... 500.627,05
CSRF..... 50.922,41
Totais..... 4.704.110,37
NOTA 11 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER
Conta
Previdência Social..... 1.167.425,90
FGTS..... 421.650,47
Contribuição Sindical..... 6.122,83
Retenção para Seguridade Social..... 3.812,58
Totais..... 1.599.011,78
NOTA 12 – APURAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA
Discriminação
Receita Bruta de Serviços..... 154.293.703,47
Impostos Incidentes sobre a Receita Bruta..... (18.705.867,68)
Cancelamentos de Notas Fiscais..... (16.308,67)
Receita Líquida..... 135.571.527,12
NOTA 13 – CONTRATOS DE SEGUROS
A Empresa mantém contratos de seguros, nas modalidades e valores detalhados abaixo, compatíveis com seu porte e com a dimensão de suas operações, sendo considerados adequados pela administração para cobrir eventuais sinistros em seus ativos e/ou de suas responsabilidades.
NOTA 14 – ADIANTEMENTO PARA FUTURO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL
Está destacado o valor de R\$ 1.163.650,77 para a finalidade de aumentar o capital social, cuja proposta será submetida à deliberação na assembleia geral das demonstrações contábeis do corrente exercício.
NOTA 15 – CAPITAL SOCIAL
O Capital Social de R\$ 67.000.000,00, é composto de 75.451 ações ordinárias nominativas sem valor nominal e pertence inteiramente a acionistas pessoas físicas e pessoa jurídica domiciliadas no País.
NOTA 16 – DIVIDENDOS PROPOSTOS E JUROS REMUNERATÓRIOS DO CAPITAL PRÓPRIO-JCP
Os Dividendos Propostos (Estatutários) foram apurados à razão de 25% sobre o lucro líquido ajustado, resultando no montante de R\$ 2.705.864,07, e foram integralmente absorvidos pela imputação aos juros remuneratórios do capital próprio, que no exercício foram reconhecidos no montante de R\$ 3.000.000,00.

Roberto Lins Portella Nunes Presidente - CPF 184.376.560-87
Athos Roberto Albernez Cordeiro Diretor - CPF 281.598.100-91
Fábio Araújo Nodari Diretor - CPF 358.852.030-91
Camila da Silva Machado Contadora CRC/RS 091498/O-4 - CPF 019.652.660-45

PUBLICIDADE LEGAL

Facta Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento CNPJ 15.581.638/0001-30
NIRE 43.3.0005463.2

Ata de Assembleia Geral Ordinária, I - Local, Data e Hora: Na sede social da Companhia, localizada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Rua dos Andradas, nº 1409 salas 701 e 702, Bairro Centro, CEP 90.020-011, no dia 30 de abril de 2021, às 09:00 horas, reuniram-se a totalidade dos acionistas da Cia., conforme assinaturas lançadas no livro de presença. Aberta a assembleia deliberaram, por unanimidade, os senhores acionistas: **II - Mesa:** foi escolhido para Presidente da mesa **Evaldo Francisco da Rosa** e, para secretária-lo, **Everton Francisco da Rosa.** **III - Ordem do Dia:** a) considerada sanada a falta de publicação dos anúncios de convocação e a inobservância dos prazos, na forma do § 4º, do art. 133, da Lei nº 6.404/76; b) foram aprovadas as contas dos administradores, o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2020, com a abstenção dos impedidos; c) foi aprovada a seguinte destinação do lucro líquido do exercício que totalizou R\$ 63.771.936,24 (sessenta e três milhões, setecentos e setenta e um mil, novecentos e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos). 1) R\$ 15.942.984,06 (quinze milhões, novecentos e quarenta e dois mil, novecentos e oitenta e quatro reais e seis centavos) serão destinados a dividendos e conforme previsto no artigo 202 parágrafo III inciso 3º da lei 6.404/76, os acionistas em sua totalidade deliberaram o pagamento de R\$ 528.000,00 (quinhentos e vinte e oito mil reais) a título de dividendos obrigatórios, sendo que a diferença de R\$ 15.414.984,06 (quinze milhões, quatrocentos e quatorze mil, novecentos e oitenta e quatro reais e seis centavos) serão destinados as reservas estatutárias. 2) R\$ 3.188.596,81 (três milhões, cento e oitenta e oito mil, quinhentos e noventa e seis reais e oito centavos) serão destinados as reservas legais. 3) R\$ 44.640.355,37 (quarenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e trinta e sete centavos) serão destinados as reservas estatutárias; d) foram reeleitos para compor a Diretoria da Companhia o seguinte acionista, **Evaldo Francisco da Rosa**, brasileiro, natural de Taquara (RS), casado, empresário, residente e domiciliado em Porto Alegre (RS), na Av. Cavallhada, 5205 casa 68, CPF 289.162.120-49 e CI/RG 1010752201 (SJS/RS) para o cargo de Diretor Presidente, e **Everton Francisco da Rosa**, brasileiro, natural de Taquara (RS), solteiro, empresário, residente e domiciliado em Porto Alegre (RS), na Rua Guadalupe, 200 apto 501, CPF 994.541.810-68 e CI/RG 1078932215 (SJS/RS) para o cargo de Diretor Executivo. Os Diretores eleitos serão imediatamente empossados em seus cargos, após a aprovação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil, com prazo de gestão de 03 (três) anos; e) fixaram a remuneração mensal global limitada a R\$ 1.062.865,60 (um milhão, sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos); **IV - Encerramento:** aprovadas todas as matérias, deu-se por satisfeita a ordem do dia da assembleia, informando o Presidente dos trabalhos que face à presença da totalidade dos acionistas, não foram publicados os documentos de que trata o artigos 124, § 4º e 133, § 4º, ambos da Lei 6.404/76, bem como foi autorizada a lavratura desta ata de forma sumária, conforme faculta o § 1º do art. 130 da Lei n. 6.404/76. Ato seguinte, o Presidente mandou lavrar esta ata que após lida, discutida e aprovada, vai assinada por todos os presentes a saber: Evaldo Francisco da Rosa e Everton Francisco da Rosa. O presente exemplar é cópia fiel do transcrito no livro próprio. Porto Alegre, 30 de abril de 2021. Evaldo Francisco da Rosa - Presidente; Everton Francisco da Rosa - Secretário; Visto advocatício: Adriana Alexandra Ramos (OAB/RS: 43102). JUCIS/RS: certifico o registro sob o nº 7850819 em 30/08/2021 e protocolo 212557611 - 12/08/2021. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

LOJAS QUERO-QUERO S.A.
 CNPJ sob nº 96.418.264/0218-02 | NIRE nº 4330002898-4
 Companhia de Capital Aberto

LJQQ3
 B3 LISTED
 IBRA B3 · ICON B3 · IGBT B3 · IGTW B3 · ITAG B3 · SMLL B3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2022 a Lojas Quero-Quero atingiu marcos importantes em sua trajetória de crescimento contínuo. Celebramos o aniversário de 55 anos de uma companhia que mantém, em sua essência, a construção de relacionamentos duradouros com as pequenas e médias comunidades do interior, sendo isso sempre possível graças à dedicação e comprometimento de nossos colaboradores e de todos aqueles que já contribuíram para a nossa história ao longo dos anos. Neste ano especial, inauguramos a 500ª loja da companhia, um marco que evidencia não só o seu crescimento, mas as diversas oportunidades para o futuro, que ultrapassaram as fronteiras da região Sul do Brasil. Além disso, obtivemos diversos reconhecimentos, como *Top Employer* e *Great Place To Work*, que nos orgulham, e reforçam a importância de vivermos o dia a dia sempre pautados por nossos valores. Visando continuar a nossa missão de oferecer uma solução completa de casa e construção para os nossos clientes, mantivemos a nossa estratégia de crescimento alinhada aos nossos pilares: **ganhar mercado** através da expansão orgânica e do aprimoramento das nossas lojas existentes; **trabalhar para atingir uma excelência em crédito e cobrança**; manter a simplicidade e austeridade e buscar sempre **fazer mais com menos**; almejar crescimento e oferecer uma experiência ainda mais completa com a **venda digital**; e manter uma **cultura de alto desempenho** entre nossos colaboradores. Em conjunto com os nossos valores e verdades fundamentais, estes pilares nos permitiram atingir o patamar atual e são o alicerce no qual acreditamos para alcançar novas conquistas.

Após dois anos em que o setor de varejo de materiais de construção apresentou crescimento acima do histórico, e nos quais a companhia soube desempenhar e ganhar mercado, enfrentamos um cenário macroeconômico adverso, e que fez com que as expectativas para 2022 fossem se deteriorando ao longo dos meses. Mesmo assim, mantivemos nossa estratégia de investimento com foco no longo prazo. Inauguramos 64 novas lojas, e além do marco da 500ª loja, chegamos ao final do ano com 529 lojas em operação em mais de 400 cidades. Embora o nosso foco, no curto prazo, permaneça nos estados da região Sul do Brasil, onde enxergamos oportunidade de expandir para ao menos 160 cidades adicionais, continuamos gradualmente investindo nos estados de Mato Grosso Sul e São Paulo, onde já alcançamos 20 lojas em operação. Encerramos o ano com 260 lojas com mais de 5 anos de operação; 135 lojas entre 2 e 5 anos; e 134 lojas com até 2 anos de operação. Estas lojas com menos de 5 anos de operação ainda apresentam um forte potencial de crescimento, com base na curva de maturação vista na última década, o que representa um crescimento contratado para os próximos anos, fruto do trabalho desenvolvido e aprimorado ao longo do tempo.



Finalizamos a implementação do projeto Figital (Loja Infinita) que havia começado ainda em 2021, e que agregou projetos anteriores dentro de uma única frente omnichannel. Devemos lembrar que a Loja Infinita tem o objetivo de proporcionar aos nossos clientes o acesso a novos produtos, e uma experiência integrada com as nossas lojas. Com a execução completa, passamos a oferecer

um mix de mais de 25 mil SKUs em nossas lojas, frente a 8 mil anteriormente, complementando os segmentos de material de construção, eletro e móveis, com produtos complementares e adicionais, bem como adicionando produtos de decoração e organização. O principal desafio é comunicar e levar o entendimento de que passamos a ser uma loja com a solução completa para o lar para todas as comunidades em que atuamos. Nos últimos meses, as vendas digitais alcançaram 20% das vendas da Companhia, mostrando uma evolução consistente a cada trimestre. Dito isso, acreditamos que o projeto será uma alavanca importante de crescimento das vendas no médio e longo prazo, uma vez que continua demonstrando o seu potencial.

Devido ao crescimento que tivemos de 18,2% e 15,1% vendas mesmas lojas (SSS) em 2020 e 2021, respectivamente, esperávamos uma mudança no foco dos consumidores, que, com o recrudescimento da pandemia, voltariam a gastar com atividades não realizadas, como viagens e entretenimento, deixando menos renda disponível para gastos em nossas lojas. Não menos importante, o cenário macroeconômico, com a inflação persistentemente em patamares altos, e a subsequente alta dos juros, impactaram o poder de compra dos consumidores. Estes fatores, nos levaram a uma queda de 7,0% de SSS em 2022. Mesmo assim terminamos o ano com leve crescimento de 0,7% nas vendas totais Varejo (RBLD) frente ao ano anterior, e que representa 59,4% de crescimento em relação a 2019, período pré-pandemia, e um crescimento anual composto (CAGR) de aproximadamente 17%.

Nesse contexto, desde o segundo semestre de 2021 optamos por sermos mais conservadores em relação aos Serviços Financeiros. O cartão Quero-Quero VerdeCard, é a principal forma de financiamento para as vendas do Varejo, e no final de 2019, ele representava em torno de 60% das vendas da companhia, porém com a postura adotada na concessão de crédito, ele representou aproximadamente 53% no último trimestre. A menor penetração do cartão diminuiu a alavancagem de vendas, porém permite, junto com a operação de cobrança, mantermos a carteira de crédito em níveis saudáveis, com indicadores de inadimplência levemente superiores a 2019, representado pelo atraso sobre carteira acima de 90 dias em 10,6% no 4T22.

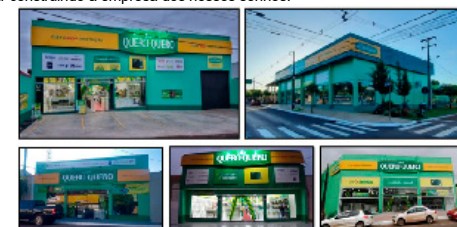
Contamos atualmente com mais de 760 mil cartões ativos, e vimos uma retomada da utilização do cartão, dentro e fora das nossas lojas. Iniciamos uma parceria com a Elo em 2021, com a utilização de cartões Quero-Quero VerdeCard com bandeira Elo em lojas de nossas regiões, especificamente PR, MS e SP. Com isso, oferecemos um cartão que, aliado ao aplicativo QQPag, representa uma solução completa, com total aceitação em estabelecimentos de terceiros, uma conta digital e uma plataforma financeira que atende a todas as necessidades dos nossos clientes. No 4T22, reforçamos ainda mais essa parceria e passamos a oferecer o cartão com bandeira Elo para todos os nossos clientes, com o intuito de continuarmos investindo na atração de clientes e na experiência do consumidor.

Mesmo frente ao cenário macroeconômico de 2022, continuamos investindo com foco no longo prazo na abertura e reforma de lojas, porém nossos esforços se voltaram para o controle do ritmo de crescimento de despesas e geração de caixa operacional. Realizamos revisão e otimização de gastos, aprimoramos o capital de giro empregado, e atingimos um nível normalizado de investimentos, que haviam sido intensificados com (i) a inauguração dos dois novos Centros de Distribuição, que agora completaram um ano de operação, e (ii) com a plataforma Figital, cuja implementação foi acelerada ao longo do segundo semestre de 2021. O reflexo destas iniciativas é o que, mesmo com resultados abaixo do potencial da companhia, terminamos o ano com Lucro Líquido no último trimestre, e Dívida Líquida Ajustada de R\$77,8 milhões, praticamente estável em relação ao ano anterior.

Com uma visão de longo prazo, realizamos a emissão de duas novas séries seniores do FIDC Verdecard, totalizando R\$300 milhões, com manutenção do rating brAAA pela S&P Global Ratings, que permitem o crescimento contínuo da carteira de crédito. No início do ano realizamos a 2ª emissão de debêntures no montante de R\$150 milhões, alongando o perfil da dívida, devido ao prazo de 7 anos, e diminuindo o custo médio, e no final do ano realizamos a 3ª emissão de debêntures no montante de R\$100 milhões e prazo de 5 anos, com o intuito de suprir as amortizações existentes programadas para 2023.

Historicamente, adotamos diversas iniciativas visando um crescimento cada vez mais sustentável, e passamos a divulgar e categorizá-las dentro das melhores práticas de ESG com o Relatório de Sustentabilidade pelo segundo ano consecutivo. Obtivemos reconhecimentos que representam os valores da companhia em sinergia com o dia a dia de nossos colaboradores e parceiros. Dentre eles, estamos no ranking da *Great Place To Work (GPTW)*, como uma das 150 melhores empresas do Brasil para se trabalhar, ficamos em 1º lugar no Ranking IBEVAR – FIA 2022, como a empresa mais admirada pelos seus colaboradores entre todas as varejistas de material de construção do país, e fomos certificados pela *Top Employer* como uma empresa líder em práticas de recursos humanos. Além disso, recebemos o selo prata em nosso inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), realizado em parceria com o Programa Brasileiro GHG Protocol – FGV, evoluindo do selo bronze, que recebemos no ano anterior, e estamos na fase final de implementação e testes das usinas de geração fotovoltaicas, que poderão suprir grande parte do nosso consumo atual de energia elétrica. Ao completarmos dois anos como uma corporação de capital aberto, listada nos mais altos níveis de governança da B3, também ficamos felizes de mais uma vez termos sido reconhecidos e citados no ranking de *small caps* da América Latina do *Institutional Investor*, entre as três melhores empresas de varejo nas categorias de evento para analistas e investidores, de CFO, e principalmente de ESG.

Terminamos 2022 com mais de 8.200 colaboradores, formamos 90 gerentes de lojas, contamos com 98 gerentes em formação, e mais de 360 colaboradores em nosso programa de formação "Despontes". Acreditamos e continuamos investindo na capacitação de nossos equipes, tivemos duas novas turmas do programa QQTech, e realizamos a 12ª edição do programa de trainees corporativos. Tudo isso culminou em aproximadamente 1.150 promoções internas ao longo dos últimos doze meses. Assim como 2022, o próximo ano apresenta diversos desafios e oportunidades de crescimento. As expectativas são de um cenário macroeconômico adverso, porém mantemos o investimento no longo prazo, com foco de curto prazo na geração de caixa operacional. Acreditamos que, em momentos como o atual, conseguimos demonstrar ainda mais os nossos diferenciais competitivos e a qualidade das nossas equipes, e consequentemente, seguir ganhando mercado e expandindo, para mais uma vez estarmos muito bem-posicionados para quando houver o momento de melhoria da economia. Gostaríamos de mais uma vez agradecer aqueles que de alguma maneira contribuíram ao longo destes 55 anos de história para que a Lojas Quero-Quero tenha alcançado o patamar atual, acionistas, colaboradores e suas famílias, comunidades, clientes e fornecedores, e convidar a todos para continuar construindo a empresa dos nossos sonhos.



Em sentido horário: (i) Fachada filial de Sertãozinho - PR; (ii) Fachada filial de Santa Cruz do Monte Castelo - PR; (iii) Fachada da filial de Primeiro de Maio - PR; (iv) Fachada da filial de Sengés - PR; e (v) Fachada da filial de Gaurama - RS.

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2022 | Cachoeirinha, 9 de março de 2023.

A **Receita Bruta, Líquida de Devoluções** cresceu 4,4% no ano (+59,1% vs. 2019, equivalente a um CAGR de 16,7%), totalizando R\$2.629,7 milhões em 2022. Quando comparado ao período pré-pandemia (2019), o indicador Vendas Mesmas Lojas (SSS) apresentou crescimento de 25,0% de SSS no ano (+59,4% no total de vendas Varejo), porém apresentou uma redução em 2022 vs. 2021 de 7,0%. O **Lucro Bruto** totalizou R\$769,1 milhões no ano (+41,9% vs. 2019). A margem bruta (% RBLD) comparável foi de 29,2% no ano. No consolidado do ano, a margem foi impactada por um ambiente competitivo mais agressivo e promocional e taxas de juros mais elevadas que pressionaram a margem de varejo e de serviços financeiros.

As **Despesas Operacionais** totalizaram R\$681,6 milhões em 2022, aumento de 8,2% frente ao ano anterior, demonstrando um bom controle de despesas; mesmo considerando (i) o cenário de inflação elevada e (ii) os investimentos na expansão (aumento de 13,8% da base de lojas vs. 2021) e em novos projetos.

O **EBITDA** foi de R\$193,9 milhões no ano e o **EBITDA Ajustado** pelas despesas do Plano de Opção de Compra de Ações (SOP) e pelos efeitos da contabilização do IFRS-16 totalizou R\$105,6 milhões no ano. O **Lucro Líquido Ajustado** totalizou um prejuízo de R\$1,3 milhão no ano, excluindo os impactos do SOP e os efeitos do IFRS-16. O prejuízo líquido reportado foi de R\$18,7 milhões em 2022.

A **Dívida Líquida Ajustada** manteve-se em patamar similar ao ano anterior (R\$77,8 milhões em 2022 vs. R\$72,7 milhões em 2021), demonstrando a resiliência do nosso modelo de negócio que mesmo em um cenário desafiador de 2022, nós continuamos expandindo sem um consumo relevante de caixa.

DESTAQUES

Informações Consolidadas (R\$ milhões)	2022	2021	% 2022 vs 2021	2019	% 2022 vs 2019
Receita Bruta, Líquida de Devoluções e Abatimentos	2.629,7	2.518,4	4,4%	1.653,3	59,1%
Receita Operacional Líquida¹	2.312,7	2.033,6	13,7%	1.344,0	72,1%
Lucro Bruto	769,1	793,9	(3,1%)	542,0	41,9%
Margem Bruta (% ROL)	33,3%	39,0%	(5,8)p.p.	40,3%	(7,1)p.p.
Margem Bruta (% RBLD)	29,2%	31,5%	(2,3)p.p.	32,8%	(3,5)p.p.
Despesas Operacionais	(681,6)	(630,0)	(8,2%)	(428,1)	(59,2%)
EBITDA	193,9	246,3	(21,3%)	126,1	19,3%
Margem EBITDA (% ROL)	8,4%	12,1%	(3,7)p.p.	12,1%	(3,7)p.p.
Margem EBITDA (% RBLD)	7,4%	9,8%	(2,4)p.p.	9,8%	(2,5)p.p.
EBITDA Ajustado²	105,6	182,2	(42,0%)	124,6	(15,2%)
Margem EBITDA Ajustado (% ROL)	4,0%	9,0%	(4,4)p.p.	9,3%	(4,7)p.p.
Margem EBITDA Ajustado (% RBLD)	4,0%	7,2%	(3,2)p.p.	7,5%	(3,5)p.p.
Lucro Líquido	(18,7)	68,2	N/A	30,1	N/A
Margem Líquida (% ROL)	(0,8%)	3,4%	(4,2)p.p.	2,2%	(3,0)p.p.
Margem Líquida (% RBLD)	(0,7%)	2,7%	(3,4)p.p.	1,8%	(2,5)p.p.
Lucro Líquido Ajustado (ex-SOP & ex-IFRS16)	(1,3)	86,3	N/A	32,2	N/A
Margem Líquida Ajustada ex-SOP e ex-IFRS16 (% ROL)	(0,1%)	4,2%	(4,3)p.p.	2,4%	(2,4)p.p.
Margem Líquida Ajustada ex-SOP e ex-IFRS16 (% RBLD)	(0,0%)	3,4%	(3,5)p.p.	1,9%	(2,0)p.p.
Crescimento de Vendas Mesmas Lojas (SSS)	(7,0%)	15,1%	6,0%	6,0%	6,0%

(1) A partir do 2T19 a ROL (Receita Operacional Líquida) inclui o efeito da alteração na legislação do ICMS-ST/RS (decreto nº 54.308/2018) e a partir de 1T22 inclui o efeito da adesão ao regime optativo de tributação (ROT ST) do ICMS-ST/RS (decreto nº 56.150/2021).
 (2) EBITDA Ajustado é uma medida não contábil da Companhia que corresponde ao EBITDA acrescido de itens não-recorrentes ou não-operacionais, deduzido o impacto do IFRS16/CPCC06 (R2) a partir de 2019.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO CONSOLIDADO

Demonstrações do Resultado Consolidado (R\$ milhões)	2022	2021	% 2022 vs 2021	2019	% 2022 vs 2019
Receita Bruta Líquida de Devoluções	2.629,7	2.518,4	4,4%	1.653,3	59,1%
Impostos	(317,0)	(484,8)	34,6%	(309,2)	(2,5%)
Receita operacional líquida	2.312,7	2.033,6	13,7%	1.344,0	72,1%
Venda de mercadorias	1.660,5	1.482,4	12,0%	934,9	77,6%
Serviços prestados	652,2	551,2	18,3%	409,1	59,4%
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(1.543,5)	(1.239,7)	(24,5%)	(802,0)	(92,5%)
Lucro bruto	769,1	793,9	(3,1%)	542,0	41,9%
Receitas (despesas) operacionais	(681,6)	(630,0)	(8,2%)	(428,1)	(59,2%)
Vendas	(474,7)	(429,2)	(10,6%)	(287,7)	(65,0%)
Administrativas e gerais	(213,5)	(188,4)	(13,3%)	(125,6)	(69,9%)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	6,7	(12,4)	153,5%	(14,8)	145,1%
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido	87,6	163,9	(46,6%)	114,0	(23,2%)
Resultado Financeiro Líquido	(112,3)	(71,7)	(56,6%)	(66,5)	(69,0%)
Despesas financeiras	(163,1)	(115,0)	(41,8%)	(82,5)	(97,8%)
Receitas financeiras	50,8	43,3	17,4%	16,0	217,2%
Lucro antes do imposto de renda, e da contribuição social	(24,7)	92,2	N/A	47,5	N/A
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	6,0	(24,0)	N/A	(17,4)	134,6%
Lucro líquido do exercício	(18,7)	68,2	N/A	30,1	N/A

DESEMPENHO OPERACIONAL

O cenário macroeconômico não apresentou melhora ao longo do ano, principalmente com relação a consumo e renda, mas mesmo assim a Companhia continua apresentando um desempenho operacional resiliente, demonstrando boa capacidade de administrar as despesas e o caixa, sem comprometer o plano de expansão de longo prazo.

A Companhia encerrou o ano com 529 lojas, com 64 novas lojas no ano. Em relação ao ano anterior, o crescimento foi de 13,8% e de 13,5% na base de lojas e na área de vendas, respectivamente.

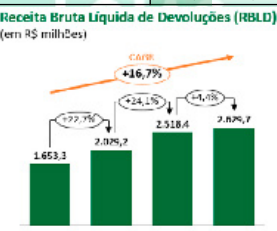
Informações Operacionais	2022	2021	% 2022 vs 2021	2019	% 2022 vs 2019
Total de lojas	529	465	13,8%	346	52,9%
Rio Grande do Sul	294	290	1,4%	267	10,1%
Santa Catarina	85	75	13,3%	47	80,9%
Paraná	130	94	38,3%	32	306,3%
Mato Grosso do Sul	9	2	350,0%	-	-
São Paulo	11	4	175,0%	-	-
Área de vendas (000s m²)	356	314	13,5%	229	55,6%

Do total de 529 lojas, 49 são no formato tradicional, 331 Mais Construção I, 117 Mais Construção II e 32 Mais Construção III.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Receita Bruta, Líquida de Devoluções e Abatimentos (RBLD) - ARBLD totalizou R\$2.629,7 milhões em 2022, 4,4% maior frente ao ano anterior (59,1% maior vs. 2021, CAGR de 16,7% vs. 2019). O crescimento de receitas totais resultou do bom desempenho da receita com serviços financeiros.

Atividades de Negócios (R\$ milhões)	2022	2021	% 2022 vs 2021	2019	% 2022 vs 2019
Receita Bruta, Líquida de Devoluções e Abatimentos Varejo	1.960,6	1.947,7	0,7%	1.229,9	59,4%
Serviços Financeiros	596,5	501,3	19,0%	359,9	65,7%
Cartão de Crédito	72,6	69,3	4,7%	63,5	14,4%



A atividade de negócio de Varejo apresentou crescimento de 0,7% no ano, e representou 74,6% das receitas totais do ano. A manutenção dos patamares nominais de receita frente ao ano anterior, mesmo expandindo a base de lojas, é explicada pela (i) pressão na renda dos consumidores devido à maior inflação no período e (ii) a normalização do consumo pós-pandemia, com aumento de gastos de entretenimento, como bares, restaurantes e viagens.

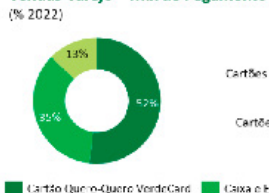
Desta forma, a Companhia encerrou o ano com crescimento de receitas do varejo de 59,4% vs. 2019 e CAGR de 16,8%. Em 2022, as vendas mesmas lojas (SSS) apresentaram um crescimento de 25,0% vs. 2019 e uma queda de 7,0% frente ao ano anterior.



Desde o início da pandemia a Lojas Quero-Quero tem investido no projeto Figital (Loja Infinita) visando ofertar um maior mix de produtos aos seus clientes e ganhar mercado. No 4T22, a venda de produtos em formato Figital representou aproximadamente 20% das vendas da Companhia vs. 19% no 3T22 e 14% no 4T21. Este aumento sequencial é resultado (i) da expansão dos formatos virtuais de atendimento das lojas, (ii) da implementação do projeto Loja Infinita e (iii) do maior mix de produtos disponíveis.

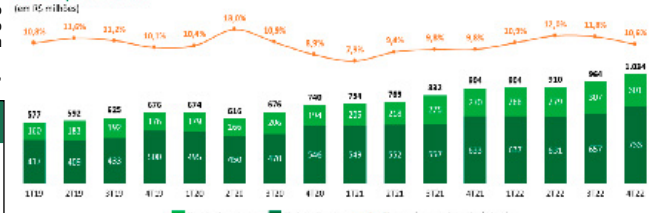
A RBLD de Serviços Financeiros totalizou R\$596,5 milhões no ano, evolução de 19,0% vs. 2021 (65,7% vs. 2019). A carteira líquida com juros (originada pelos cartões VerdeCard) ao final do período foi de R\$ 732,9 milhões em crescimento de 15,8% frente a 4T21 (46,7% vs. 4T19) no ano. A receita de serviços financeiros foi superior ao crescimento da receita de varejo fruto do (i) aumento gradual da participação do cartão VerdeCard nas compras dentro das nossas lojas (on-us), embora ainda abaixo dos níveis de 2019, e (ii) repasse do aumento das taxas de juros que compensou em parte o maior custo de capital da operação financeira.

Vendas Varejo - Mix de Pagamento (% 2022)



O atraso sobre a Carteira VerdeCard¹ se manteve em nível controlado em 10,6% ao final de dezembro, após níveis historicamente baixos em 2020 e 2021. A postura conservadora da Companhia no crédito aliada as melhorias na concessão e nas operações de cobrança, permitiram manter sob controle os indicadores de inadimplência, mesmo em um cenário econômico mais desafiador quando comparado ao período pré-pandemia.

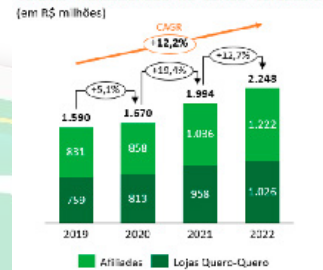
Carteira Líquida VerdeCard (em R\$ milhões)



¹ Carteira bruta VerdeCard com juros (FIDC e Parcerias) e sem juros em atraso maior que 90 dias dividida pela carteira bruta VerdeCard com juros (FIDC e Parcerias) e sem juros até 360 dias, posições de final do mês.

A atividade de Cartão de Crédito apresentou crescimento de receita de 4,7% no ano (14,4% vs. 2019). O volume transacionado com o cartão Quero-Quero VerdeCard em nossas lojas foi 7,1% maior em relação ao ano anterior (35,1% vs. 2019), enquanto o volume transacionado no cartão fora da loja cresceu 17,9% no ano (47,2% vs. 2019). Em 2022, temos observado uma maior demanda por crédito, tanto pelo aumento da utilização do cartão em locais afiliados (off-us) como dentro de nossas lojas (on-us).

Volume Transacionado no Cartão VerdeCard (em R\$ milhões)



Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida totalizou R\$2.312,7 milhões em 2022, ante R\$2.033,6 milhões no ano anterior, evolução de 13,7% (72,1% vs. 2019). A parcela da Receita Operacional Líquida referente à Venda de mercadorias totalizou R\$1.660,5 milhões em 2022, com crescimento de 12,0% (77,6% vs. 2019). Já a parcela referente à receita de Serviços prestados totalizou R\$652,2 milhões no ano, com crescimento de 18,3% (59,4% vs. 2019). Destacamos que este crescimento da Receita Operacional Líquida de Venda de Mercadorias acima do crescimento da Receita Bruta Líquida de Devoluções de Varejo (12,0% vs. 0,7%) deve-se ao efeito da redução dos impostos sobre a Venda de Mercadorias decorrentes da adoção do ROT ST no estado do RS a partir do início de 2022, conforme divulgado anteriormente. Em função deste efeito, a Receita Operacional Líquida de 2022 não é diretamente comparável a 2021.

Lucro Bruto

A Companhia encerrou 2022 com R\$769,1 milhões de Lucro Bruto, 3,1% menor frente ao ano anterior (+41,9% vs. 2019). Devido às mudanças contábeis advindas de novas regras fiscais, em nossa visão, a melhor comparação de margem é através da margem bruta sobre RBLD. Nesse critério, a margem consolidada foi de 29,2% no ano frente a margem de 31,5% em 2021. A margem sobre RBLD do varejo foi de 23,1% em 2022 frente a 23,4% em 2021.

A margem de serviços financeiros e cartão de crédito sobre a RBLD foi de 47,2% em 2022 vs. 59,3% em 2

Despesas Gerais e Administrativas: aumento de 13,3% no ano em relação ao mesmo período do ano anterior. Este crescimento é atribuído principalmente a investimentos em pessoal, gastos com a malha logística para suportar a expansão orgânica da companhia, com um novo centro de distribuição em operação, e as despesas do projeto Digital, que representam investimentos para o crescimento de vendas da base de lojas no futuro. O aumento das despesas com Centros de Distribuição e com o projeto Digital resultaram em um aumento de R\$ 10,2 milhões em 2022 frente ao ano anterior.

Outras despesas operacionais, líquidas: saldo positivo de R\$6,7 milhões no ano frente a despesas de R\$ 12,4 milhões. Esta inversão para um saldo positivo deve-se ao reconhecimento de R\$7,1 milhões referentes a incentivos por conta de contrato firmado com parceiro comercial e ao reconhecimento de créditos fiscais durante o ano.

Resultado Financeiro
No ano de 2022, o Resultado Financeiro Líquido foi uma despesa de R\$112,3 milhões, 56,6% maior que 2021. O desempenho reflete (i) o impacto do IFRS-16 em função do ritmo de expansão da companhia, (ii) maior taxa de desconto dada a recente inclinação das taxas de juros de longo prazo no Brasil que aumenta o ajuste a valor presente das contas do balanço e ao (iii) aumento do custo da dívida em função do aumento da taxa de juros.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	2022	2021	% 2022 vs 2021	2019	% 2022 vs 2019
Resultado Financeiro Líquido	(112,3)	(71,7)	(56,6%)	(66,5)	(69,0%)
Despesas Financeiras	(163,1)	(115,0)	(41,8%)	(82,5)	(97,8%)
Receitas Financeiras	50,8	43,3	17,4%	16,0	217,2%

Lucro Líquido
A Companhia registrou Prejuízo Líquido Ajustado (excluindo o efeito do Plano de Opção de Compra de Ações e o efeito da adoção do IFRS-16) de R\$1,3 milhão em 2022, e Prejuízo Líquido contábil de R\$18,7 milhões. Em 2022, o Lucro (Prejuízo) Líquido da Companhia foi influenciado pela (i) alta da taxa de juros e aumento da inflação, que impactam o poder aquisitivo do consumidor e os custos da Companhia, e (ii) os investimentos adicionais realizados ao longo do ano passado que ainda estão em fase de maturação e, portanto, distorcem a comparação entre os períodos.

Reconciliação do Lucro Líquido Ajustado (R\$ milhões)	2022	2021	% 2022 vs 2021	2019	% 2022 vs 2019
Lucro Líquido	(18,7)	68,2	N/A	30,1	N/A
Margem Líquida (% ROL)	(0,8%)	3,4%	(4,2)p.p.	2,2%	(3,0)p.p.
Margem Líquida (% RBLD)	(0,7%)	2,7%	(3,4)p.p.	1,8%	(2,5)p.p.
(+) Plano de Opção de Compra de Ações (SOP)	9,4	11,0	(15,0%)	-	-
(+) Impacto da adoção do IFRS16/CPC06	8,1	7,1	14,1%	2,1	290,7%
(=) Lucro Líquido Ajustado ex-SOP e ex-IFRS16	(1,3)	86,3	N/A	32,2	N/A
Margem Líquida Ajustada ex-SOP e ex-IFRS16 (% ROL)	(0,1%)	4,2%	(4,3)p.p.	2,2%	(2,4)p.p.
Margem Líquida Ajustada ex-SOP e ex-IFRS16 (% RBLD)	(0,0%)	3,4%	(3,5)p.p.	1,9%	(2,0)p.p.

EBITDA e EBITDA Ajustado
O EBITDA totalizou R\$193,9 milhões em 2022, com uma redução de 21,3% (+19,4% vs. 2019). O EBITDA Ajustado totalizou R\$105,6 milhões no ano, com redução de 42,0% (-15,2% vs. 2019). O EBITDA como % do RBLD foi de 7,4% em 2022, já a Margem EBITDA Ajustado (% do RBLD) ficou em 4,0% no ano. A margem EBITDA como % da Receita Operacional Líquida reflete a adoção do ROT ST no RS em 2022 e conforme destacado anteriormente, os resultados não são comparáveis. EBITDA e EBITDA Ajustado apresentam uma desalavancagem operacional em relação ao ano anterior devido (i) à desaceleração das vendas, parcialmente compensada pelo bom controle de despesas; (ii) à pressão na margem bruta, dado o cenário mais competitivo e a maior taxa de juros; e (iii) aos investimentos realizados em expansão, com a aceleração do ritmo de abertura de novas lojas e a inauguração de dois novos centros de distribuição, bem como os investimentos realizados no projeto Digital.

Reconciliação EBITDA e EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	2022	2021	% 2022 vs 2021	2019	% 2022 vs 2019
Lucro Líquido	(18,7)	68,2	N/A	30,1	N/A
(+) IR, CSLL	(6,0)	24,0	N/A	17,4	N/A
(+) Resultado Financeiro Líquido	112,3	71,7	56,6%	66,5	69,0%
(+) Depreciação e Amortização	106,3	82,3	29,1%	48,5	119,3%
(=) EBITDA	193,9	246,3	(21,3%)	162,5	19,3%
Margem EBITDA (% ROL)	8,4%	12,1%	(3,7)p.p.	12,1%	(3,7)p.p.
Margem EBITDA (% RBLD)	7,4%	9,8%	(2,4)p.p.	9,8%	(2,5)p.p.
(+) Plano de Opção de Compra de Ações (SOP)	9,4	11,0	(15,0%)	-	-
(-) Impacto da adoção do IFRS16/CPC06	(97,6)	(75,2)	(29,9%)	(46,8)	(108,4%)
(=) EBITDA Ajustado	105,6	182,2	(42,0%)	124,6	(15,2%)
Margem EBITDA Ajustado (% ROL)	4,6%	9,0%	(4,4)p.p.	9,3%	(4,7)p.p.
Margem EBITDA Ajustado (% RBLD)	4,0%	7,2%	(3,2)p.p.	7,5%	(3,5)p.p.

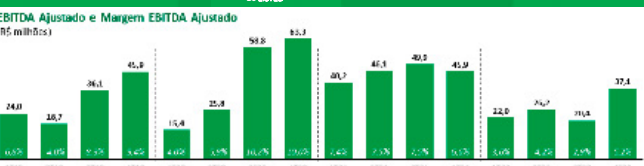
O EBITDA Ajustado representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao EBITDA acrescido de itens não-recorrentes ou não-operacionais, e deduzido do Impacto do IFRS16/CPC06 (R2) (Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos) adotado em 2019.

de vendas e, consequentemente, da carteira de crédito, realizamos uma nova emissão de cotas seniores do FIDC Verdecard no montante de R\$300 milhões, com manutenção do rating brAAA pela S&P Global Ratings.

Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada (R\$ milhões)	4T22	3T22	2T22	1T22	4T21	3T21	2T21	1T21	4T20	3T20	2T20	1T20	4T19
Empréstimos e Financiamentos	413,1	338,6	364,0	393,8	267,8	299,6	333,1	319,9	375,7	402,9	416,2	393,3	336,0
Circulante	64,1	99,9	102,1	111,8	109,5	118,7	124,9	139,3	167,9	167,8	156,4	121,1	69,2
Não Circulante	348,9	238,7	261,9	282,0	158,3	180,9	208,3	180,6	207,8	235,0	259,8	272,2	266,8
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	(492,3)	(418,8)	(212,6)	(223,6)	(341,2)	(448,6)	(546,3)	(286,4)	(507,0)	(629,7)	(295,4)	(190,7)	(270,3)
Caixa e Equivalentes de caixa	(416,8)	(340,9)	(142,4)	(156,3)	(256,4)	(365,7)	(474,1)	(254,4)	(475,4)	(598,0)	(263,9)	(173,3)	(240,3)
Aplicações Financeiras	(75,5)	(77,9)	(70,2)	(67,3)	(84,9)	(82,8)	(72,2)	(31,9)	(31,5)	(31,7)	(31,5)	(17,4)	(30,0)
Dívida Líquida	(79,2)	(80,1)	151,5	170,2	(73,4)	(149,0)	(213,2)	33,5	(131,2)	(226,8)	120,8	202,6	65,7
(+) Caixa e Aplicações Financeiras FIDC	157,0	276,5	79,4	96,5	146,1	302,8	323,7	63,5	40,2	67,6	64,0	41,4	29,9
Caixa e equivalentes de caixa FIDC	84,5	206,4	16,3	35,2	67,1	225,4	256,9	37,3	14,1	41,6	38,0	29,3	1,9
Aplicações Financeiras FIDC	72,4	70,2	63,1	61,3	79,0	77,4	66,8	26,3	26,1	26,0	26,1	12,2	27,9
Dívida Líquida Ajustada	77,8	196,4	230,9	266,6	72,7	153,9	110,6	97,0	(91,0)	(159,2)	184,9	244,0	95,6
Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado UDM	0,7	1,7	1,6	1,6	0,4	0,8	0,5	0,5	(0,6)	(1,1)	1,7	2,1	0,8

Investimentos
Em 2022, os investimentos totalizaram R\$73,7 milhões, incluindo a abertura de 64 novas lojas, a transformação de 28 lojas para os modelos Mais Construção I, II e III, melhorias no datacenter, implementação de projetos, investimentos em logística e TI.

Investimentos (R\$ milhões)	2022	2021	% 2022 vs 2021	2019	% 2022 vs 2019
Novas lojas	25,5	25,6	(0,4%)	14,6	74,8%
Reformas e Projetos em Lojas	11,0	16,1	(31,8%)	12,3	(10,7%)
Logística, TI e Outros	37,2	43,4	(14,3%)	18,5	100,9%
Total Investimentos	73,7	85,1	(13,4%)	45,4	62,3%



Para fins de comparação, a margem apresentada no gráfico acima é calculada utilizando a Receita Bruta Líquida de Devoluções como base.

Dívida Líquida Ajustada
Em 31 de dezembro de 2022, a Dívida Líquida Ajustada da Companhia foi de R\$77,8 milhões, frente a R\$72,7 milhões no final de 2021. O indicador de alavancagem financeira, Dívida Líquida Ajustada dividida pelo EBITDA Ajustado dos últimos doze meses, foi de 0,7x. Durante o ano, a Companhia realizou 2ª e 3ª emissões de debêntures. A captação da 2ª emissão em janeiro de 2022 totalizou R\$150 milhões com custo de CDI + 1,75% a.a. e linha com objetivo recompor o endividamento devido as amortizações das dívidas em 2022. Em dezembro de 2022, com a intenção de recompor o endividamento para 2023, foi emitida a 3ª série de debêntures da Companhia totalizando R\$100 milhões com custo de CDI + 1,95% a.a. No terceiro trimestre de 2022, para suportar o crescimento

de vendas e, consequentemente, da carteira de crédito, realizamos uma nova emissão de cotas seniores do FIDC Verdecard no montante de R\$300 milhões, com manutenção do rating brAAA pela S&P Global Ratings.

Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada (R\$ milhões)	4T22	3T22	2T22	1T22	4T21	3T21	2T21	1T21	4T20	3T20	2T20	1T20	4T19
Empréstimos e Financiamentos	413,1	338,6	364,0	393,8	267,8	299,6	333,1	319,9	375,7	402,9	416,2	393,3	336,0
Circulante	64,1	99,9	102,1	111,8	109,5	118,7	124,9	139,3	167,9	167,8	156,4	121,1	69,2
Não Circulante	348,9	238,7	261,9	282,0	158,3	180,9	208,3	180,6	207,8	235,0	259,8	272,2	266,8
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	(492,3)	(418,8)	(212,6)	(223,6)	(341,2)	(448,6)	(546,3)	(286,4)	(507,0)	(629,7)	(295,4)	(190,7)	(270,3)
Caixa e Equivalentes de caixa	(416,8)	(340,9)	(142,4)	(156,3)	(256,4)	(365,7)	(474,1)	(254,4)	(475,4)	(598,0)	(263,9)	(173,3)	(240,3)
Aplicações Financeiras	(75,5)	(77,9)	(70,2)	(67,3)	(84,9)	(82,8)	(72,2)	(31,9)	(31,5)	(31,7)	(31,5)	(17,4)	(30,0)
Dívida Líquida	(79,2)	(80,1)	151,5	170,2	(73,4)	(149,0)	(213,2)	33,5	(131,2)	(226,8)	120,8	202,6	65,7
(+) Caixa e Aplicações Financeiras FIDC	157,0	276,5	79,4	96,5	146,1	302,8	323,7	63,5	40,2	67,6	64,0	41,4	29,9
Caixa e equivalentes de caixa FIDC	84,5	206,4	16,3	35,2	67,1	225,4	256,9	37,3	14,1	41,6	38,0	29,3	1,9
Aplicações Financeiras FIDC	72,4	70,2	63,1	61,3	79,0	77,4	66,8	26,3	26,1	26,0	26,1	12,2	27,9
Dívida Líquida Ajustada	77,8	196,4	230,9	266,6	72,7	153,9	110,6	97,0	(91,0)	(159,2)	184,9	244,0	95,6
Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado UDM	0,7	1,7	1,6	1,6	0,4	0,8	0,5	0,5	(0,6)	(1,1)	1,7	2,1	0,8

SOBRE A QUERO-QUERO
Companhia fundada em 1967, na cidade de Santo Cristo, interior do Rio Grande do Sul. A Lojas Quero-Quero é a maior varejista especializada em materiais de construção do Brasil em número de lojas, totalizando 529 lojas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia oferece aos seus clientes uma solução completa em materiais de construção, complementada por eletrodomésticos e móveis. Além disso, oferece serviços financeiros através do cartão de crédito "VerdeCard".

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas Explicativas		Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	6	173.383	117.335	416.779	256.351	
Aplicações financeiras	7	3.073	5.849	75.522	84.889	
Contas a receber de clientes	8	152.689	150.272	911.714	833.144	
Estoques	10	470.817	457.978	470.817	457.978	
Impostos a recuperar	11	111.607	139.567	115.769	143.529	
Despesas antecipadas		6.039	4.694	5.455	3.446	
Outros créditos	13	26.504	33.203	36.932	43.720	
Total ativo circulante		944.112	908.898	2.032.988	1.823.057	
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Contas a receber de clientes	8	11	16	75.199	34.665	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	144.911	127.039	147.980	133.455	
Impostos a recuperar	11	20.162	49.427	20.162	49.427	
Depósitos judiciais		17.363	13.294	18.028	13.898	
Despesas Antecipadas		2.282	2.496	1	4	
Outros créditos	13	158	487	158	490	
FIDC Verdecard	9	218.563	236.964	-	-	
Total do ativo realizável a longo prazo		403.450	429.723	261.528	231.939	
Investimentos	15	72.331	63.303	-	-	
Imobilizado	16	679.375	587.619	679.384	587.631	
Intangível	17	32.573	27.532	57.461	49.443	
Total do ativo não circulante		1.187.729	1.108.177	998.373	869.913	
Total do Ativo		2.131.841	2.017.075	3.031.361	2.692.970	

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas Explicativas		Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Circulante						
Fornecedores	18	371.121	434.477			

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas pressupondo sua continuidade operacional, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram analisadas pelo Comitê de Auditoria, e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 08 de março de 2023.

2.2. Bases de consolidação e investimento em controladas - As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas Verde e Sentinelas dos Pampas. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia também consolida as demonstrações financeiras do FIDC Verdecard, uma vez que representa uma entidade de propósito específico onde as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais e financeiras da Companhia, a qual está exposta à maioria dos riscos e benefícios relacionados ao fundo, através da titularidade de todas as quotas subordinadas. No processo de consolidação do FIDC Verdecard, foram feitas eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e o FIDC Verdecard.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Reconhecimento de receitas - A Companhia reconhece a receita em conformidade com o IFRS 15/ CPC 47, estabelecendo um modelo que evidencia se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas: (1) identificação do contrato com o cliente, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço da transação, e (5) reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos, além das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste à valor presente. A receita de vendas de mercadorias corresponde às vendas a varejo, e é reconhecida no resultado pelo seu valor justo e quando o controle inerente às mercadorias é transferido para o comprador. A Companhia possui como principais fontes de receitas de serviços prestados a intermediação de serviços financeiros com parceiros comerciais e instituições financeiras terceiras, taxa de administração de cartões de crédito, receita de anuidade, e correspondente bancário. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado de acordo com a efetiva prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita de juros sobre ativos financeiros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia, e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro para o valor contábil líquido, na data do reconhecimento inicial desse ativo.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3. Contas a receber de clientes - Corresponde aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. São demonstradas aos valores nominais, ajustados a valor presente na data do balanço, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base em análise histórica da carteira de clientes, no montante da perda de crédito esperada para sua vida inteira. As contas a receber dos titulares de cartões VerdeCard são ativos financeiros, com recebimentos fixos ou determináveis. São incluídos como ativos circulantes, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço, e as parcelas excedentes aos 12 meses estão incluídos como não circulante. Esses montantes referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito VerdeCard. O saldo de contas a receber de clientes está registrado pelo valor original da transação ajustado a valor presente. Os direitos creditórios do FIDC Verdecard com vencimento em até 12 meses da data do balanço, estão incluídos como circulante, e as parcelas excedentes aos 12 meses estão incluídos como não circulante. Esses montantes referem-se a financiamento de compras com encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pelas instituições financeiras terceiras e financiamento de compras sem encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pela Verde.

3.4. Estoques - Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, deduzido de provisão para ajusta-los aos prováveis valores de realização. As provisões para perdas nos estoques são compostas pela provisão para realização de estoques que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda. O custo médio de aquisição inclui os custos de armazenagem e manuseio, na medida que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de vendas nas lojas, deduzindo de bonificações por atingimento de metas de crescimento recebidas de fornecedores.

3.5. Bonificações - As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos acordos comerciais assinados, e registradas ao resultado na rubrica de custo das mercadorias vendidas à medida em que os correspondentes estoques são vendidos.

3.6. Imobilizado - Os saldos de imobilizado são submetidos a teste para a verificação de perda de valor ("impairment") sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de sua venda, e o valor em uso. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.7. Intangível - Registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de amortização acumulada. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 17 que leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos bens e direitos. Ativos intangíveis referentes a desenvolvimento de software e implementação de sistemas de gestão, têm seu custo capitalizado quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão superiores ao custo, considerada sua viabilidade econômica e tecnológica, e são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. Despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas diretamente no resultado do exercício quando incorridas. Os saldos de intangível são submetidos a teste para a verificação de perda de valor ("impairment") sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de sua venda, e o valor em uso. Para os ativos intangíveis com vida útil definida a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente se não houver indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável. Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

3.8. Fornecedores - convênio - Estas operações constituem em alternativa de suporte aos nossos fornecedores comerciais, não são realizadas de forma massificada e preservam características comerciais normais de negócio, tanto em preço como em prazos médios e, portanto, preservando a essência da transação.

3.9. Obrigações com conveniadas - Contas a pagar a estabelecimentos conveniados são passivos decorrentes de transações realizadas pelas portadoras dos Cartões de Crédito VerdeCard nos estabelecimentos credenciados à Rede VerdeCard. O saldo está registrado pelo valor original das transações, deduzido da taxa de administração, a qual é reconhecida no resultado no momento da transação.

3.10. Demais direitos e obrigações - Os demais direitos e obrigações, classificados no circulante e não circulante obedecem aos prazos de realização ou de exigibilidade e estão apresentados pelo valor de custo ou realização e por valores conhecidos e calculáveis, respectivamente, incluindo quando aplicável os rendimentos, encargos, variações monetárias e cambiais.

3.11. Provisões - Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado decorrente de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Quando houver expectativa de recuperação de recursos utilizados na liquidação de uma provisão, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.12. Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas legais vigentes, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real como permitido pela legislação. São reconhecidos os impostos diferidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que sua realização seja provável. Os impostos diferidos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

3.13. Incentivos fiscais - A Companhia usufrui de subvenção para investimentos, concedida por alguns entes governamentais onde possui operação, na forma de créditos presumidos de ICMS nos termos da Lei Complementar nº 160/2017. As subvenções governamentais são registradas na demonstração do resultado do exercício na rubrica de receita líquida de vendas, e são utilizadas como abatimento na base de cálculo de PIS, Cofins, do imposto de renda e da contribuição social apurados pela Companhia. Posteriormente, no momento da destinação do lucro do exercício, os montantes de subvenção para investimentos são registrados na conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Além da subvenção para investimentos, a Companhia também se utiliza de outros incentivos fiscais utilizados como redutores na apuração, ou no abatimento do imposto de renda e da contribuição social devidos, como gastos com inovação tecnológica, Programa Empresa Cidadã, projetos relacionados a Lei de Incentivo à Cultura, Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo do Idoso, Incentivo ao Desporto, e Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

3.14. Ajustes a valor presente - As operações de compras e vendas a prazo são reduzidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base nas taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de contas a receber e sua realização é registrada no resultado financeiro de acordo com a fruição pelo prazo de vencimento das contas a receber. O ajuste a valor presente das compras a prazo tem como contrapartida a conta de fornecedores e sua realização é registrada no resultado financeiro de acordo com o prazo de vencimentos de fornecedores.

3.15. Arrendamentos - A Companhia como arrendatária reconhece os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. Os passivos de arrendamento correspondem aos fluxos de pagamentos futuros ajustados a valor presente, descontados por taxa de juros incrementais de empréstimos, e os ativos de direitos de uso são apresentados ao custo amortizado. A Companhia aplica isenção de reconhecimento a (i) arrendamentos de curto prazo, ou seja, contratos com duração de até 12 meses; e (ii) arrendamentos para os quais o ativo subjacente é considerado de baixo valor, ou seja, obrigações de até R\$ 24 por ano. Na avaliação dos contratos, a Companhia identificou dois tipos de ativos de arrendamento sendo eles ativos de direito de uso referentes a alugueis ("Direito de Uso") e arrendamento mercantil de máquinas e equipamentos ("Máquinas e Equipamentos"). Os fluxos de pagamentos dos alugueis, brutos de potenciais créditos de PIS e COFINS, foram ajustados a valor presente, considerando o prazo remanescente de cada

contrato, e aplicando taxa incremental de empréstimo, obtida através de sondagens de operações com prazo e garantia semelhante junto a instituições financeiras. Em razão da diversidade de prazos de depreciação dos contratos de arrendamento, considerou-se taxas de acordo com o prazo de cada um dos contratos de arrendamentos.

3.16. Plano de opção de compra de ações - Com o objetivo de alinhar os interesses de médio e longo prazos da empresa com os de seus gestores principais, a Companhia estabeleceu programa de opção de compra de ações que busca incentivar a geração de valor empresarial, compartilhando os ganhos de valor com os beneficiários do programa. As opções de compra de ações são ofertadas aos profissionais selecionados pelo Conselho de Administração, proporcionando-lhes o direito futuro de adquirir ações da companhia sob condições e em prazos estabelecidos. O valor apurado na data da outorga das opções de ações é registrado nas demonstrações financeiras ao seu valor justo.

3.17. Receitas diferidas - As receitas diferidas são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício à medida que a prestação do serviço é efetuada.

3.18. Demonstração do valor adicionado - Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor criado pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.19. Instrumentos financeiros - 3.19.1. **Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração** - Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens são reconhecidas na data da operação. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e partes relacionadas, e outras contas a receber. **Mensuração subsequente - Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado**: Representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo, cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, e nas situações em que os termos contratuais do ativo financeiro derem origem a fluxos de caixa que constituam pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**: Representam os demais ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.

Desreconhecimento de ativos financeiros - Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa;
- A Companhia e suas controladas transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle. Quando a Companhia e suas controladas cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros** - A Companhia adotou o método da perda esperada e a mensuração com base em toda a vida dos ativos financeiros. É utilizada a abordagem simplificada para os grupos de ativos financeiros, que considera a análise do crédito, o histórico de movimentações e perdas. Com base no acompanhamento periódico de indicadores de risco de crédito, a Administração da Companhia não identificou fatores de aumento na perda esperada em comparação com o comportamento histórico. O valor de perda é mensurado com base na expectativa de não recebimento da carteira, que é obtida através dos valores de perda histórica por faixa de atraso desde o reconhecimento inicial do recebível. A média de perda histórica de seis meses é aplicada conforme comportamento histórico recente, e assim atribui-se um percentual de risco de crédito. O percentual de risco de crédito é aplicado a cada faixa de vencimento sob o valor total dos contratos. O produto entre os percentuais de perda esperada e os montantes de faixa de vencimento resultam no montante de perda esperada que é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. Se, em exercício subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício. 3.19.2. **Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração** - Passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado para a emissão de títulos e dívidas. Esses custos são apropriados ao resultado do período do financiamento, como complemento do custo de captação, ajustando assim a taxa de juros efetiva da operação. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, fornecedores - convênio, contas a pagar por aquisição de investimento, empréstimos e financiamentos, quotas sêniores FIDC Verdecard, passivos de arrendamento, obrigações com conveniadas, e instrumentos financeiros derivativos. **Mensuração subsequente** - Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva. **Desreconhecimento de passivos financeiros** - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for resogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. 3.19.3. **Instrumentos financeiros - apresentação líquida** - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 3.19.4. **Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia eventualmente fica exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos de swaps de juros para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo em cada data de divulgação de balanço. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto ou longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratuais, e conforme as características atreladas deste contrato, a companhia apresenta de forma líquida esse contrato de derivativo com o da operação original. A Companhia não possui operações de derivativos em aberto na data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.20. Apresentações de informações por segmentos - A Companhia não elabora informações por segmento, uma vez que atua e reporta suas informações ao Conselho de Administração, principal tomador de decisões, através de um único segmento operacional, sendo avaliadas as receitas obtidas pelas atividades de varejo, serviços financeiros e cartões de crédito de forma segregada, porém toda a estrutura de custos e despesas sendo controladas de forma unificada.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

A aplicação das políticas contábeis exige da Administração o exercício de julgamento e a elaboração de estimativas, que levam em conta a experiência histórica e a avaliação subjetiva de riscos. Em consequência, os efeitos reais dos eventos estimados podem diferir das estimativas, exigindo sua reavaliação contínua. Os efeitos decorrentes de revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que a revisão ocorre. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para ajuste ao valor realizável dos estoques, imposto de renda diferido, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis.

4.1. COVID-19 - Desde o início da pandemia em 2020, a Companhia efetua e atualiza trimestralmente, uma análise nos ativos e passivos sujeitos as estimativas contábeis como provisão para redução ao valor recuperável, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para ajuste ao valor realizável dos estoques, imposto de renda diferido, provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, além de renovar as análises sobre a continuidade operacional da Companhia. De acordo com as estimativas da Administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que devam ser registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, e tampouco há efeitos na continuidade e/ou estimativas da Companhia que justifiquem mudanças nas conclusões destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia continuará monitorando e avaliando os impactos e, se necessário, fará as devidas provisões e divulgações tempestivamente.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Aplicáveis a períodos anuais com início em ou após 01/01/2024	Descrição	
Pronunciamento	Alterações da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não-circulante.	
	Esclarece que uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro.	01/01/2023
	Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Definição de Estimativas Contábeis.	
	A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos das alterações listadas acima, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção.	

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Caixa e bancos	4.845	3.144	11.231	10.431
	4.845	3.144	11.231	10.431
Equivalentes de caixa:				
Conta Corrente Remunerada	2% a 12% do CDI	10.455	7.528	24.871
Certificado de depósito bancário	70% a 128% do CDI	158.083	106.863	290.859
Letra Financeira do Tesouro	100% da SELIC	-	-	5.273
Operações compromissadas (a)	97% a 99% do CDI	-	-	84.545
		168.538	114.191	405.548
		173.383	117.335	416.779
		173.383	117.335	416.779

(a) Refere-se a operações compromissadas realizadas pelo FIDC Verdecard, nas quais o fundo compra

títulos públicos com compromisso de revenda em data futura definida, e rentabilidade definida ou parâmetro de remuneração pré-estabelecido.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Certificado de depósito bancário	99% a 128% do CDI	3.073	5.849	3.073
Letra financeira do tesouro	100% da SELIC	-	-	72.449
		3.073	5.849	75.522
		3.073	5.849	75.522

Em 31 de dezembro de 2022 as aplicações financeiras em certificado de depósito bancário no montante de R\$3.073 (R\$5.849 em 31 de dezembro de 2021), estão vinculadas a garantias emitidas para assegurar o cumprimento do instrumento particular de acordo operacional com parceiros comerciais. Com relação às letras financeiras do tesouro, o objetivo é garantir rentabilidade do caixa do FIDC Verdecard, não tendo, portanto, previsão de uso imediato, sendo passíveis de resgate imediato caso haja necessidade de caixa extraordinária do fundo, caso contrário a aplicação deverá permanecer até seu vencimento.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Cartões de crédito - próprio (VerdeCard)	87.106	86.303	-	-
Cartões de crédito - terceiros (a)	42.101	34.248	42.101	34.248
Outras contas a receber VerdeCard	5.101	2.124	-	-
Outros créditos e financiamentos	268	183	268	183
Financiamento próprio - Lojas (b)	26.069	34.578	95.828	95.264
Financiamento próprio - Conveniados VerdeCard (c)	-	-	60.767	80.474
Direitos creditórios FIDC Verdecard (d)	-	-	913.062	750.368
Contas a receber pela exploração de produtos financeiros	1.813	2.074	1.933	2.335
	162.458	159.510	1.113.959	962.872
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.398)	(5.601)	(122.686)	(91.442)
Ajuste a valor presente	(4.360)	(3.621)	(4.360)	(3.621)
	152.700	150.288	986.913	867.809
Total				
Circulante				
Contas a receber de clientes	60.493	61.858	911.714	833.144
Contas a receber partes relacionadas (Nota 14)	92.196	88.414	-	-
	152.689	150.272	911.714	833.144
Não Circulante				
Contas a receber de clientes	-	3	75.199	34.665
Contas a receber partes relacionadas (Nota 14)	11	13	-	-
	11	16	75.199	34.665

(a) Refere-se aos financiamentos de compras de clientes efetuadas na rede de lojas através de cartões de crédito terceiros.

(b) Correspondem aos financiamentos de compras de clientes efetuadas na rede de lojas sem encargos contratuais. No saldo do consolidado o valor de financiamento próprio - lojas inclui os valores de financiamento pela Verde através do cartão VerdeCard referente a compras de clientes efetuadas na rede de lojas. Esse contas a receber possui parcelas com vencimentos superiores a 12 meses da data do balanço, que corresponde ao montante de R\$587 (R\$451 em 31 de dezembro de 2021) incluídos no ativo não circulante.

(c) Refere-se aos financiamentos de compras de clientes efetuadas na rede de estabelecimentos conveniados do cartão VerdeCard. Esse contas a receber possui parcelas com vencimentos superiores a 12 meses da data do balanço, que corresponde ao montante de R\$22 (R\$15 em 31 de dezembro de 2021) incluídos no ativo não circulante.

(d) Refere-se aos financiamentos de compras com encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pelas instituições financeiras terceiras, e financiamento de compras sem encargos de clientes adquiridos pelo FIDC Verdecard através de cessão definitiva de direitos creditórios originados pela Verde. Esse contas a receber possui parcelas com vencimentos superiores a 12 meses da data do balanço, que corresponde ao montante de R\$74.590 (R\$34.199 em 31 de dezembro de 2021), incluídos no ativo não circulante. A carteira de contas a receber do FIDC Verdecard é apresentada como Direitos Creditórios do FIDC Verdecard, enquanto que a provisão de perdas desta carteira é apresentada na Provisão para créditos de liquidação duvidosa nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Em 14 de julho de 2022, o FIDC Verdecard procedeu com a emissão da 7ª e 8ª séries de cotas seniores no montante de R\$300.000, equivalente a 300.000 (trezentos mil) cotas seniores, com prazos de 18 e cinco anos, respectivamente, e desta forma a Verde cedeu R\$75.000 em recebíveis de financiamento próprio - lojas e conveniados VerdeCard de forma definitiva ao FIDC Verdecard para integralização de cotas subordinadas.

Abaixo segue tabela evidenciando os montantes de recebíveis para cada faixa de vencimento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
A vencer	154.456	147.146	911.037	796.753
Vencidos até 30 dias	1.932	6,073	54.886	51.258
Vencidos de 31 a 60 dias	342	509	24.420	21.723
Vencidos de 61 a 90 dias	214	308	16.194	15.293
Vencidos de 91 a 180 dias	633	590	39.392	30.594
Vencidos de 181 a 360 dias	502	526	62.085	42.923
Vencidos acima de 360 dias	4.379	4.328	5.405	4.328
	162.458	159.510	1.113.959	962.872

A Companhia mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada na liquidação das contas a receber. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada (histórico de perdas) e considera fatores econômicos para constituir a provisão para perdas estimadas. Para os créditos vencidos acima de 180 dias, a companhia efetua o provisionamento de 100% do valor. Abaixo segue tabela evidenciando os montantes de provisão para cada faixa de vencimento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22			

Em 31 de dezembro de 2022, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício do FIDC Verdecard estão assim compostos:

	31/12/22	31/12/21
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	84.549	67.063
Aplicações financeiras	72.449	79.039
Contas a receber de clientes	796.799	664.526
Despesas antecipadas	3	-
Outros créditos	2.699	3.373
Total do Ativo	956.499	814.001
Passivo		
Contas a pagar	1.377	1.619
Patrimônio Líquido	955.122	812.382
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	956.499	814.001

	31/12/22	31/12/21
Demonstração do resultado para o exercício		
Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios	255.042	258.166
Receitas/despesas	385.393	330.172
Resultado nas negociações	(6.271)	18.649
Provisão por redução no valor de recuperação	(30.347)	(33.865)
Perdas com direitos creditórios	(93.733)	(56.790)
Títulos públicos federais	22.690	9.585
Rendas com aplicações em operações compromissadas	14.276	6.492
Rendas de títulos de renda fixa	8.414	3.093
Total das receitas	277.732	267.751
Demais despesas	(8.039)	(6.954)

Resultado do exercício dos detentores de cotas classificadas no Patrimônio Líquido **269.693** **260.797**
 A remuneração dos quotistas seniores sobre os resultados do FIDC Verdecard referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi R\$82.682 (R\$40.408 em 2021), registrada como custo da operação nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.
 Quotas seniores FIDC Verdecard

	Vencimento	Consolidado
	final	31/12/21
Quotas Seniores - FIDC Verdecard (a)	Taxa de 2,10% a.a. + CDI	2023 7.921 39.617
Quotas Seniores - FIDC Verdecard (a)	Taxa de 7,00% a.a. + IPCA	2024 50.022 90.122
Quotas Seniores - FIDC Verdecard (a)	Taxa de 0,90% a.a. + CDI	2024 52.807 86.177
Quotas Seniores - FIDC Verdecard (a)	Taxa de 1,85% a.a. + CDI	2024 70.875 100.084
Quotas Seniores - FIDC Verdecard (a)	Taxa de 1,40% a.a. + CDI	2025 55.031 -
Quotas Seniores - FIDC Verdecard (a)	Taxa de 2,35% a.a. + CDI	2026 200.120 200.176
Quotas Seniores - FIDC Verdecard (a)	Taxa de 1,80% a.a. + CDI	2027 245.142 -
Custos de estruturação FIDC Verdecard (b)	(5.223)	(5.734)
Total	676.695	510.442

Circulante Exigível a longo prazo **181.834** **132.122** **494.861** **378.320**
 (a) Representa o saldo das quotas seniores emitidas pelo FIDC Verdecard com prioridade de amortização e resgate em relação às quotas subordinadas.
 (b) Representa o saldo dos custos incorridos para estruturação do FIDC Verdecard que serão apropriados no resultado ao longo do período de vigência do Fundo, conforme cronograma de amortização das quotas seniores.
 O montante das quotas seniores deduzido dos custos de estruturação, representam as obrigações com os demais cotistas do fundo, e estão registrados em contas de passivo destas demonstrações financeiras consolidadas.
 As parcelas do passivo não circulante das quotas seniores do FIDC Verdecard vencem como segue:

	Consolidado
	31/12/2022
2023	168.203
2024	183.964
2025	161.313
2026	108.936
2027	40.648
Total	494.861

	Controladora e Consolidado
	31/12/22 31/12/21
Mercadorias para revenda	467.472 452.445
Estoque para demonstração	717 751
Estoque de uso e consumo próprio	5.558 6.117
Importações em andamento	339 717
Provisão para perdas em estoques de baixa movimentação	(3.269) (2.052)
Total	470.817 457.978

O custo dos estoques reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$1.207 (R\$1.027 em 2021).
 Conforme mencionado nas notas explicativas 11 e 26, a partir de 1º de janeiro de 2022, a Companhia aderiu ao ROT-RS implicando na alteração da sistemática de apuração e registro contábil do ICMS ST, ocasionando um incremento da parcela do ICMS ST ao custo dos estoques adquiridos. A adoção inicial desta nova sistemática acarretou em um aumento dos estoques em contrapartida da redução de créditos de ICMS presumido, no montante de R\$78.592.
 A partir de 1º de julho de 2022, através do decreto 56.541 de 8 de junho de 2022 do estado do Rio Grande do Sul, diversas mercadorias de revenda que compõem os estoques da Companhia, passaram ao regime de ICMS substituição tributária (ICMS ST) para o regime de ICMS próprio. Essa mudança trouxe um impacto inicial de redução do valor de ICMS ST do custo dos estoques, e consequentemente um aumento no valor de impostos a recuperar no montante total de R\$27.579, reconhecido a partir da vigência do referido decreto.
 O valor da provisão para perdas dos estoques refere-se às prováveis perdas de desvalorização dos estoques, e sua movimentação é como segue:

	Controladora e Consolidado
	31/12/22 31/12/21
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.097)
Constituição de provisão	(955)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.052)
Constituição de provisão	(1.217)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(3.269)

	Controladora	Consolidado
	31/12/22 31/12/21	31/12/22 31/12/21
Circulante		
ICMS (a)	48.868 118.422	48.868 118.422
Imposto de renda e contribuição social (b)	51.769 20.829	54.857 24.788
COFINS (c)	7.791 260	7.791 260
PIS (c)	3.179 56	3.179 56
INSS	-	1.074 3
Total	111.607 139.567	115.769 143.529
Não circulante		
ICMS (d)	20.162 -	20.162 -
COFINS	- 39.881	- 39.881
PIS	- 9.546	- 9.546
Total	20.162 49.427	20.162 49.427
Total	131.769 188.994	135.931 192.956

(a) Os saldos de ICMS a recuperar são decorrentes de parcelas ainda não compensadas geradas principalmente sobre as aquisições de mercadorias. Até o final do exercício de 2021 a Companhia apropriava créditos presumidos de ICMS ST a recuperar, condicionando a utilização dos créditos presumidos gerados nas aquisições de mercadorias sujeitas a sistemática de substituição tributária, às respectivas quantidades de saída de mercadorias, através do valor médio móvel ponderado unitário dos créditos apurados sobre as mercadorias adquiridas para revenda. A partir de 1º de janeiro de 2022, a Companhia aderiu ao regime Regime Oportivo de Tributação da Substituição Tributária (ROT-RS), conforme DECRETO RS Nº 56.150/2021, cujo impacto trouxe o incremento do ICMS ST ao custo dos estoques e eliminou a incidência de ICMS ST efetivo pela revenda das mercadorias. No momento da adoção inicial a Companhia reclassificou os créditos presumidos de ICMS ST, em contrapartida do aumento do custo dos estoques, no montante de R\$78.592, com os respectivos impactos nas rubricas de estoques e créditos diversos na demonstração de fluxo de caixa da Companhia. A partir de 1º de julho de 2022, conforme mencionado na nota explicativa 10, referente ao decreto 56.541 de 8 de junho de 2022 do estado do Rio Grande do Sul, houve um impacto inicial de redução do valor de ICMS ST do custo dos estoques, e consequentemente um aumento no valor de impostos a recuperar de R\$27.579. Esse montante será compensado na apuração de ICMS da Companhia nos meses subsequentes.
 (b) Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recuperar são decorrentes principalmente de impostos retidos na fonte sobre operações financeiras. A realização destes créditos será efetuada através de compensação com outros tributos federais.
 (c) Os saldos de PIS e Cofins a recuperar referem-se a principalmente a ação de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com número de processo 5000575-32.2019.4.04.7105, transitada em julgado em 04 de fevereiro de 2020 em sentido favorável, compreendendo os períodos de 01/2002 a 08/2008. Esses valores estão sendo compensados pela Companhia, foram reclassificados do não circulante para o circulante por conta da expectativa de compensação para os próximos 12 meses, e serão repassados conforme contrato firmado entre as partes para antigos controladores fundadores, uma vez que contratualmente os créditos deste período são de direito dos mesmos. A obrigação de repasse dos montantes a serem compensados está registrada na rubrica de outras obrigações do balanço patrimonial, conforme demonstrado na nota explicativa nº 24. Os registros contábeis dos referidos créditos não trouxeram impactos contábeis no resultado líquido do exercício de 2021, visto que os mesmos são de direito dos antigos controladores fundadores, e serão repassados após a conclusão da compensação junto a Receita Federal do Brasil.
 (d) Os saldos de ICMS referem-se às parcelas de longo prazo incidente sobre a aquisição de ativo imobilizado no montante de R\$ 7.341 que serão compensados em 1/48 mensais, e também os valores de ICMS a recuperar oriundos do tema 745 decidido pelo STF em caráter de repercussão geral, declarando inconstitucional a aplicação de alíquotas superiores às das operações em geral para as operações de energia elétrica e serviços de telecomunicações, registrados nestas demonstrações financeiras no montante de R\$ 12.821, contabilizados em contra partida da conta de outras receitas operacionais para o valor de principal no montante de R\$ 9.147, e receita financeira para a atualização monetária dos créditos.

12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Amovimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o ano foi a seguinte:

	Controladora					
	Saldo em 31 de Dezembro de 2020	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Dezembro de 2021	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Dezembro de 2022	
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	99.852	(4.431)	95.421	17.349	112.770	
Diferenças temporárias	3.214	(3.214)	-	-	-	
Receita Diferida	197	1.033	1.230	251	1.481	
Ajuste a valor presente de clientes	-	-	-	-	-	
Provisão para perdas em estoques de baixa movimentação	379	325	704	414	1.118	
Ajuste a valor presente de estoques	1.260	4.540	5.800	(1.094)	4.706	
Provisão para dissídio coletivo	365	(179)	186	37	223	
Provisão para atualização contábil a pagar por aquisição de investimento	5.286	265	5.551	(622)	4.929	
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e civeis	9.403	(1.670)	7.733	(36)	7.697	
Ajuste a valor presente de fornecedores	(1.457)	(3.859)	(5.316)	1.059	(4.257)	
Arrendamento mercantil	6.784	3.636	10.420	4.148	14.568	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	488	115	603	(15)	588	
Outras provisões	6.811	(2.104)	4.707	(3.619)	1.088	
Total	132.582	(5.543)	127.039	17.872	144.911	

	Consolidado					
	Saldo em 31 de Dezembro de 2020	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Dezembro de 2021	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Dezembro de 2022	
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	106.552	(5.909)	100.643	13.806	114.449	
Diferenças temporárias	3.214	(3.214)	-	-	-	
Receita Diferida	197	1.033	1.230	251	1.481	
Ajuste a valor presente de clientes	-	-	-	-	-	
Provisão para perdas em estoques de baixa movimentação	379	325	704	414	1.118	
Ajuste a valor presente de estoques	1.260	4.540	5.800	(1.094)	4.706	
Provisão para dissídio coletivo	365	(179)	186	37	223	
Provisão para atualização contábil a pagar por aquisição de investimento	5.286	265	5.551	(622)	4.929	
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e civeis	10.056	(1.540)	8.516	132	8.648	
Ajuste a valor presente de fornecedores	(1.457)	(3.859)	(5.316)	1.059	(4.257)	
Arrendamento mercantil	6.784	3.636	10.420	4.148	14.568	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	488	115	603	406	1.009	
Outras provisões	7.424	(2.306)	5.118	(4.012)	1.106	
Total	140.548	(7.093)	133.455	14.525	147.980	

Os prejuízos fiscais acumulados, de acordo com a legislação tributária vigente, não prescrevem. A utilização do saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada período.
 A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis com base nos estudos realizados que revelam expectativas de lucros tributáveis para os seguintes exercícios:

	Controladora	Consolidado
	31/12/22	31/12/21
2023	1.340	4.660
2024	4.635	11.014
2025	10.983	18.572
2026	18.572	31.456
2027	31.291	80.900
Após 2027	79.430	80.900
Total	144.911	147.980

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado é demonstrada como segue:

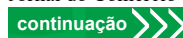
	Controladora	Consolidado
	31/12/22 31/12/21	31/12/22 31/12/21
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(36.575) 87.445	(24.730) 92.249
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	12.436 (29.731)	8.408 (31.365)
Efeito da equivalência patrimonial (Adições) Excluídas permanentes:	6.970 2.918	- -
Despesas não dedutíveis	(3.268) (6.051)	(3.151) (6.210)
Incentivos fiscais	1.734 2.919	2.734 4.255
Parcela isenta do adicional de 10%	- 24	24 48
Efeito do juro sobre capital próprio	- 7.777	- 7.777
Outros	2.926 (2.243)	1.473 (24.022)
Imposto de renda e contribuição social	17.872 (19.218)	5.772 (24.022)
Ajuste aumento alíquota CSLL diferido	- -	295 -
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	17.872 (19.218)	6.027 (24.022)
Imposto de renda e contribuição social Corrente	- (13.675)	(8.498) (16.929)
Imposto de renda e contribuição social Diferidos	17.872 (5.543)	14.525 (7.093)

13 OUTROS CRÉDITOS

	Controladora	Consolidado
	31/12/22 31/12/21	31/12/22 31/12/21
Circulante		
Créditos a receber de fornecedores (a)	21.901 24.071	22.399 24.234
Adiantamento a colaboradores	2.764 2.624	3.120 2.857
Contas a receber ex-controladores (b)	370 5.873	461 5.960
Outros	1.469 635	10.952 10.669
Subtotal	26.504 33.203	36.932 43.720
Não circulante		
Contas a receber ex-controladores (b)	158 386	158 389
Outros	- 101	- 101
Subtotal	158 487	158 490
Total	26.662 33.690	37.090 44.210

Movimentação do Imobilizado

	Controladora										
	Terrenos	Prédios e edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Beneficiária Imóveis terceiros	Imobilizado em andamento	Arrendamento direitos de uso - alugueis de imóveis	Arrendamento máquinas e equipamentos	Total
Custo - Saldo em 31 de dezembro de 2020	83	1.374	3.936	45.913	5.889	35.972	65.961	36.416	442.081	4.448	642.073
Adições	-	-	1.555	20.093	-	8.975	-	42.295	141.877	-	214.795
Remensurações	-	-	-	-	-	-	-	-	52.693	-	52.693
Baixas	(16)	(1.266)	-	-	(61)	-	-	-	(4.973)	-	(6.316)
Transferências	-	-	-	6.856	575	640	25.653	(32.942)	-	-	782
Saldo em 31 de dezembro de 2021	67	108	5.491	72.862	6.403	45.587	91.614	45.769	631.678	4.448	904.027
Adições	-	-	790	12.848	-	7.921	-	34.520	95.841	5.049	156.969
Remensurações	-	-	-	-	-	-	-	-	40.970	-	40.970
Baixas	-	-	(39)	-	(1.804)	(6)	-	(135)	(7.840)	-	(9.824)
Transferências	-	-	9	11.911	897	2.555	40.853	(58.168)	-	-	(1.943)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	67	108	6.251	97.621	5.496	56.057	132.467	21.986	760.649	9.497	1.090.199
Depreciação Acumulada - Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(1.122)	(2.269)	(15.579)	(4.871)	(21.661)	(39.696)	-	(155.911)	(1.371)	(242.480)
Adições	-	(22)	(347)	(5.144)	(571)	(4.837)					



Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia avaliou e não identificou fatores que indicassem que os ativos mantidos pela Companhia não gerarão benefícios econômicos futuros suficientes para recuperar seu valor contábil, e, portanto, não foi necessário efetuar o teste de impairment.

	Taxa de Amortização		Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Fundo de comércio na aquisição de pontos comerciais	10%	215	298	215	298	298
Softwares	10% a 20%	21.188	21.233	21.284	21.376	21.376
Projeto Cartão Verde	10%	-	-	188	282	282
Sistemas desenvolvidos	10%	4.839	1.724	24.532	20.523	20.523
Outros ativos intangíveis	10% a 20%	6.331	4.277	11.242	6.964	6.964
Total Intangível		32.573	27.532	57.461	49.443	49.443

Os montantes registrados como outros ativos intangíveis referem-se a demais projetos aplicados no desenvolvimento das atividades da Companhia.

	Controladora				
	Fundo de comércio na aquisição de pontos comerciais		Sistemas desenvolvidos	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.947	46.634	3.154	6.048	66.783
Adições	-	5.333	853	958	7.144
Transferências	-	-	13	(795)	(782)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.947	51.967	4.020	6.211	73.145
Adições	-	1.855	4.862	432	7.149
Baixas	-	(17)	-	(17)	(34)
Transferências	-	1.334	(1.425)	2.034	1.943
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.947	55.139	7.457	8.660	82.203

	Consolidado					
	Fundo de comércio na aquisição de pontos comerciais		Projeto Cartão Verde	Sistemas desenvolvidos	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.947	50.072	6.485	20.071	12.425	100.000
Adições	-	5.333	-	866	6.230	12.429
Transferências	-	-	-	8.960	(9.742)	(782)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.947	55.405	6.485	29.897	8.913	111.647
Adições	-	1.855	-	4.862	6.226	12.943
Baixas	-	(17)	-	-	(31)	(48)
Transferências	-	1.334	-	2.145	(1.536)	1.943
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.947	58.577	6.485	36.904	13.572	126.485

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia avaliou e não identificou fatores que indicassem que os ativos mantidos pela Companhia não gerarão benefícios econômicos futuros suficientes para recuperar seu valor contábil, portanto não foi necessário efetuar o teste de impairment.

18 FORNECEDORES E FORNECEDORES - CONVÊNIO

	Controladora e Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
Fornecedores (a)	383.645	450.117
Ajuste a valor presente	(12.524)	(15.640)
Total Fornecedores	371.121	434.477
Fornecedores - convênio (b)	24.621	41.324
Total Fornecedores - Convênio	24.621	41.324

(a) Representa o saldo a pagar pela compra de mercadorias a prazo junto a fornecedores, registrado ao valor presente na data da transação com prazo médio de 103 dias (104 dias em 31 de dezembro de 2021). Inclui também financiamento direto por certos fornecedores no montante de R\$27.659 (R\$27.845 em 31 de dezembro de 2021) com prazo médio de 123 dias (61 dias em 31 de dezembro de 2021) sujeito a juros de mercado.

(b) Tratam-se de saldos a pagar junto a fornecedores pela compra de mercadorias a prazo, operações de risco sacado realizadas de forma não massificada, que optaram por antecipação por intermédio de instituições financeiras parceiras da Companhia, mantendo características comerciais normais de negócio, e preservando a essência da transação. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes saldos foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de crédito da Companhia junto às instituições financeiras. A Companhia identificou que esta transação possui uma natureza específica e a classifica separadamente da rubrica fornecedores no balanço patrimonial. A Companhia observou os aspectos qualitativos sobre esse tema e concluiu que os montantes não alteram sua estrutura de capital e não comprometem a alavancagem financeira da Companhia.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
Saldo no início do período	(15.640)	(4.289)
Ajuste a valor presente	(15.660)	(28.766)
Realização do ajuste a valor presente	18.776	17.415
Saldo no final do período	(12.524)	(15.640)

A Companhia utiliza a taxa de 1,06% mensal (0,94% em 31 de dezembro de 2021) para cálculo de ajuste a valor presente.

19 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Taxa de juros		Vencimento final	Controladora e Consolidado	
	31/12/22	31/12/21		31/12/22	31/12/21
Capital de giro	Juros de 2,35% a 2,67% a.a. + CDI	2021 a 2027	91.659	150.470	-
Capital de giro	Juros de 4,28% a 4,84% a.a. + CDI	2021 a 2024	-	15.439	-
Debêntures 1ª emissão (a)	Juros de 1,50% a.a. + CDI	2024	68.438	101.641	-
Debêntures 2ª emissão (b)	Juros de 1,75% a.a. + CDI	2029	153.743	-	-
Debêntures 3ª emissão (c)	Juros de 1,95% a.a. + CDI	2027	99.162	-	-
Consórcio	-	2024	63	258	-
Total			413.065	267.808	267.808
Circulante			64.121	109.494	109.494
Não circulante			348.944	158.314	158.314

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.
 Indexado 2022 2021
 CDI (12 meses) 12,33% 4,36%
 (a) Representa o saldo de 1ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações de emissão da Companhia, em série única, da espécie quirográfica, com garantia adicional na forma da garantia real. A emissão ocorreu em 16 de dezembro de 2019 sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de caules e certificados, equivalente a 120.000 (cento e vinte mil) debêntures.
 (b) Representa o saldo de 2ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações de emissão da Companhia, em série única, da espécie quirográfica, com garantia adicional fidejussória. A emissão ocorreu em 10 de janeiro de 2022 sob a forma nominativa e escritural, no valor de R\$150.000, equivalente a 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures.
 (c) Representa o saldo de 3ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações de emissão da Companhia, em série única, da espécie quirográfica, com garantia adicional fidejussória. A emissão ocorreu em 14 de dezembro de 2022 sob a forma nominativa e escritural, no valor de R\$100.000, equivalente a 100.000 (cem mil) debêntures.
 As parcelas do passivo não circulante dos empréstimos e financiamentos vencem como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
2023	-	89.891
2024	108.454	68.423
2025	69.603	-
2026	69.901	-
2027	63.532	-
2028	29.955	-
2029	7.499	-
Total	348.944	158.314

Os empréstimos e financiamentos referem-se, principalmente, a capital de giro utilizado para financiar as operações da Companhia. A movimentação apresentada nas atividades de financiamento do fluxo de caixa é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
Saldo em 31 de dezembro de 2020	375.743	250.000
Captações	30.000	-
Varição monetária e juros	23.316	-
Amortização de juros	(24.910)	-
Amortização de principal	(136.341)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	267.808	250.000
Captações	250.000	-
Varição monetária e juros	49.361	-
Amortização de juros	(42.588)	-
Amortização de principal	(111.516)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	413.065	267.808

Cláusulas restritivas de contratos de financiamento - Sobre os contratos de financiamento em

aberto em 31 de dezembro de 2022 a Companhia está sujeita ao atendimento de certas cláusulas financeiras restritivas, que possuem mediação anual, conforme demonstrado abaixo:
 Dívida líquida/EBITDA ≤ 2,0x;
 Dívida financeira líquida/EBITDA ≤ 3,0x

Por dívida líquida, entende-se o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, excluindo-se disponibilidade de caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras.
 Por dívida financeira líquida, entende-se o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, excluindo-se disponibilidade de caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras desconsiderando os equivalentes de caixa e aplicações financeiras do FIDC Verdecard.
 EBITDA definido contratualmente como Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro líquido, somadas as depreciações e amortizações. Todas as cláusulas restritivas de contratos de financiamento estão sendo cumpridas e não há nenhum evento de default.
 Garantias de contratos de financiamento - A Companhia possui empréstimos contratados com instituições financeiras, as quais encontram-se adimplentes em sua totalidade, e que estão atreladas às garantias listadas abaixo:
 (i) Duplicatas e/ou boletos de cobrança relativos a transações de pagamentos à vista ou parcelado sem juros, mantidos em uma conta caução de instituições financeiras;
 (ii) Rendimentos das cotas subordinadas do FIDC Verdecard;
 (iii) Recebíveis outros cartões (Visa, Mastercard e Elo);
 (iv) Standby Letter of Credit - Nota Promissória no valor de R\$30.000.

20 CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO

Contas a pagar por aquisição de investimento refere-se à retenção contratual para garantia do cumprimento de obrigações assumidas pelos antigos acionistas fundadores da Companhia conforme Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças, celebrado em 5 de outubro de 2010. O passivo foi assumido pela Companhia como resultado de reorganização societária ocorrida em fevereiro de 2016. A dívida está sujeita à atualização com base em 100% da taxa DI. A movimentação do saldo de contas a pagar está demonstrada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
Saldo em 31 de dezembro de 2020	47.775	47.775
Atualização	780	-
Amortização	(30.079)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.476	18.476
Atualização	2.044	-
Amortização	(6.022)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.498	14.498

Em 18 de abril de 2022, e em 17 de maio de 2021 foi celebrado instrumento particular de transação entre a Companhia e antigos controladores fundadores, amortizando parte do contas a pagar por aquisição de investimento com o contas a receber de antigos controladores fundadores da Companhia, por conta de ressarcimento de valores pagos e/ou provisionados pela Companhia e que são de responsabilidade dos mesmos.

21 PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia e as suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. As provisões constituídas para as ações consideradas de perda provável são as seguintes:

	Controladora			
	Saldo final 31/12/2020	Adição a provisões	Reversões	Saldo final 31/12/2021
Natureza				
Cíveis (a)	7.399	1.686	(8.109)	976
Trabalhistas (b)	3.047	3.208	(1.030)	5.225
Tributárias Federal (c)	17.321	562	(953)	16.930
Total provisões	27.767	5.456	(10.092)	23.131

(a) Refere-se a diversas demandas de reclamações cíveis, principalmente de reclamações de clientes, cuja perda é avaliada como provável pela Companhia, não tendo nenhum processo específico em relevância.
 (b) Refere-se a discussões que envolvem, principalmente, reclamações de horas-extras e rescisões.
 (c) Refere-se principalmente a discussões que envolvem a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço de férias, e também a discussões que envolvem o afastamento da incidência das contribuições de PIS e COFINS sobre a venda a varejo dos produtos de tecnologia relacionados no programa de inclusão digital. Com relação a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço de férias, a Companhia possui ação judicial sobre o tema, mas devido ao julgamento da matéria pelo STF ocorrido em 28 de agosto de 2020, decidindo em caráter de repercussão geral (RE 1.072.485), quanto à constitucionalidade da incidência da referida contribuição, a Companhia junto aos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda dos montantes não recolhidos compreendendo os períodos de 2008 a 2020 se torna provável, e por esse motivo possui registrado provisões dos montantes em suas demonstrações financeiras.
 As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela Administração. Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, existe contrato entre a Companhia e os antigos controladores fundadores para ressarcimento de pagamentos incorridos com contingências geradas antes da data de venda da empresa. A Companhia efetua provisão no passivo para todos os riscos cuja perda seja avaliada como provável. A composição dos processos em relação às ações cuja perda é avaliada como provável pela Companhia, suportada pelos seus assessores legais que não estão sujeitos a reembolso por parte dos antigos controladores fundadores é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
Natureza		
Trabalhista (a)	4.080	1.082
Cível (b)	7.410	6.146
Tributárias (c)	2.490	811
Total	13.980	8.039

(a) Referem-se a diversas demandas trabalhistas que envolvem, principalmente, reclamações de horas-extras e rescisões.
 (b) Referem-se a diversas demandas de reclamações cíveis, principalmente de reclamações de clientes.
 (c) Referem-se principalmente a autos de infração para cobrança de débito de FGTS e também discussões que envolvem a incidência de medida provisória antidumping sobre porcelanato importado.

22 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
IR a recolher	3.626	4.953	3.944	5.198
PIS a recolher	1.197	895	1.470	928
COFINS a recolher	5.343	4.107	6.749	4.359
CSLL a recolher	-	-	1.073	2
ICMS a recolher	5.271	9.112	5.271	9.112
ISS a recolher	365	243	693	577
Total	15.802	19.310	19.200	20.176

23 RECEITAS DIFERIDAS

No exercício de 2020 a Companhia recebeu adiantamento a título de remuneração por conta de contrato firmado com o banco parceiro, referente à concessão do direito de exclusividade para a realização do processamento da folha de pagamento de todos os seus colaboradores, que serão reconhecidos no resultado à medida que a prestação dos serviços seja efetuada.
 No exercício de 2022 a controlada Verde recebeu adiantamento a título de incentivos relacionados a bônus de assinatura e exclusividade por conta de contrato firmado com parceiro comercial, referente à utilização do arranjo de pagamentos do parceiro comercial envolvendo os instrumentos de pagamento relativos às operações de cartões de crédito e débito da controlada Verde, que serão reconhecidos no resultado à medida que a prestação dos serviços pactuada seja efetuada.
 A estimativa da Administração para a realização destas receitas diferidas e seu respectivo reconhecimento no resultado do exercício de acordo com a prestação de serviço, está demonstrado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
2022	-	78	-	78
2023	78	78	326	78
2024	-	79	634	79
2025	-	-	730	-
2026	-	-	949	-
2027	-	-	1.259	-
2028 a 2033	-	-	14.333	-
Total	156	235	18.231	235

24 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Obrigações com clientes (a)	59.759	65.892	63.478	67.612
Repasse da operação de produtos financeiros	-	-	2.908	3.325
Obrigações com ex-controladores (b)	52.152	48.153	52.152	48.153
Outras Obrigações	-	29	4.102	5.161
Total	111.911	114.074	122.640	124.251

(a) Capital Social - A Companhia não é controlada, direta ou indiretamente, por outra entidade ou pessoa física. Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é representado por 187.290.269, ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito integralizado, no montante de R\$450.563.
 (b) Reserva de capital - Em 31 de dezembro de 2022, os valores registrados na conta de reserva de capital correspondem aos montantes constituídos a título de plano de opção de ações, e os gastos de emissão de ações em decorrência da oferta pública de ações.
 (c) Reserva legal - Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui registrado na rubrica de Reserva legal o montante de R\$7.227. A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, de acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações.

d) Reserva de incentivos fiscais - A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS na forma de crédito presumido, com seus impactos no resultado. A Administração, tendo em vista a publicação da Lei Complementar 160/17 e em conformidade com a Lei 6.404/76, os destinou como reserva de incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R\$11.243.
 e) Reserva de investimentos e expansão - Conforme estipulado no estatuto social da Companhia, o saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição de reserva legal, reserva de incentivos fiscais, e dividendos propostos será destinado à reserva de lucros denominada reserva de investimentos e expansão, cuja finalidade é a de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas controladas. O saldo desta reserva, considerado em conjunto com o saldo da reserva legal, não poderá exceder valor equivalente ao capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da reserva de investimentos e expansão é de R\$63.004.
 f) Gastos com emissão de ações - A Companhia obteve registro em 7 de agosto de 2020 de emissora de valores mobiliários, Categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para a oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembarçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"). A Companhia incorreu em R\$ 31.670 em Gastos com a Oferta.
 No exercício de 2022 a Companhia procedeu com o registro do efeito fiscal sobre os gastos incorridos e os registrou na mesma rubrica do patrimônio líquido que haviam sido registrados os gastos brutos originalmente, em contrapartida da rubrica de impostos a recuperar. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 20.902 e representa o total gasto com a oferta líquida dos efeitos fiscais.

25.1. Dividendos - O estatuto social da Companhia determina que por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia pode pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, observada a legislação aplicável.
 Os montantes de dividendos, apurados e consignados nas demonstrações financeiras de 2021, foram pagos no ano de 2022.
 Para o exercício de 20

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Lojas Quero-Quero S.A.**
 Porto Alegre - RS
Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lojas Quero-Quero S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).
Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
 Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
Reconhecimento de Receita - Conforme divulgado na nota explicativa nº 26 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, parte substancial das receitas da Companhia são relacionadas com as atividades de negócio de Varejo e Cartões de Crédito. As receitas de vendas de mercadorias nas lojas são compostas por um grande volume de transações descentralizadas e de pequeno valor, que são reconhecidas no momento da entrega da mercadoria ao cliente. Já as receitas de cartão de crédito são compostas de taxa de administração cobrada das empresas conveniadas com base nos valores transacionados com os cartões de crédito e receita de anuidade cobrada dos usuários do cartão de crédito. A receita desses produtos é reconhecida de forma manual pelo departamento contábil no encerramento do mês. Devido ao alto grau de informatização do processo de reconhecimento de receita, ao grande volume de itens faturados, à relevância dos controles associados com o processo de faturamento e mensuração das receitas de cartão de crédito, bem como à representatividade das receitas no conjunto das demonstrações financeiras, consideramos essa área relevante para nossa auditoria.
 Como nossa auditoria conduziu esse assunto - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento do processo de vendas na Controladora e controladas, incluindo o momento de reconhecimento das receitas e dos respectivos contatos a receber; (b) análise das movimentações mensais sobre os saldos de receita reconhecida pela Companhia, de modo a

avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento do setor e da Companhia; (c) a avaliação dos lançamentos manuais efetuados diretamente no sistema contábil; (d) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado - As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Auditoria dos valores correspondentes - Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício corrente, foram auditados por outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria datado em 09 de março de 2022, sem modificação.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor - A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, o Relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
 Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
 Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
 Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de

uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
 Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
 • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
 • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
 • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
 Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
 Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
 Os assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
 Porto Alegre, 8 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
 Auditor Independentes S.S. Ltda. - CRC SP-015199/F
Arthur Ramos Arruda
 Contador CRC-RS096102/O-0



PARECER E DECLARAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA (ESTATUTÁRIO OU NÃO)

Ilmos. Srs.
 Membros do Conselho de Administração da Lojas Quero-Quero S.A.
 Cachoeirinha - RS
 O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia") e suas controladas é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, implantado conforme regulamentação e legislação brasileira vigentes e funciona em conformidade com o estatuto social e o seu regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.
 Compete ao CAE assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares (compliance); (iii) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna; (iv) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos.
 No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o CAE desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu: (i) entrevistas com a Administração e com gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de compliance; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e compliance e de gerenciamento de riscos; e (vi) avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras.
 A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é da Administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade

o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implantação e supervisão das atividades de controle interno e compliance.
 A auditoria independente, a cargo da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda ("EY") é responsável por examinar as demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir relatório de auditoria sobre a adequada apresentação dessas demonstrações financeiras.
 A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos, e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração, e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Companhia.
 O CAE atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.
 O CAE mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação. O CAE avaliou o plano de trabalho de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração. O CAE acompanhou os trabalhos realizados e seus resultados, e tomou conhecimento do Relatório dos Auditores Independentes emitido nesta data. O CAE também avalia, rotineiramente, a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas. O CAE avaliou os

processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.
 O CAE manteve reuniões regulares com o Conselho de Administração, com o Diretor Presidente e com outros Diretores da Companhia e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.
 O CAE não tomou ciência da ocorrência de denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade operacional da Companhia ou a fidelidade de suas demonstrações financeiras.
 O CAE, consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação e com base nos documentos examinados e esclarecimentos prestados, entende que a governança contábil e o ambiente de controles internos e de gestão de riscos conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras da Companhia, auditadas pela EY e correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração, recomendando que esse Colegiado aprove, autorize a emissão e publicação das referidas demonstrações financeiras.
 Cachoeirinha, 8 de março de 2023.
 Carlos Elder Maciel de Aquino Flávio Benício Jansen Ferreira Christiano Antoniazzi Galló
 Membro Coordenador do CAE Membro do CAE e Presidente Membro do CAE e Conselheiro
 do Conselho de Administração do Conselho de Administração de Administração

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaram, nos termos do artigo 29, §1º, inciso II, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, em conjunto: reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
 Cachoeirinha, 8 de março de 2023.
 PETER TAKAHARU FURUKAWA - Diretor Presidente DANIEL JOSÉ ARTUS - Diretor sem designação específica
 JEAN PABLO DE MELLO - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores MIRSON JOSE ENGELMANN - Diretor sem designação específica
 ALBERTO CIMENTI NETO - Diretor sem designação específica CRISTIANE RHODEN - Diretora sem designação específica
 LUCIANO MATZENBACHER SCOTTA - Diretor sem designação específica

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Declaram, nos termos do artigo 29, §1º, inciso II, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, em conjunto: reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
 Cachoeirinha, 8 de março de 2023.
 PETER TAKAHARU FURUKAWA - Diretor Presidente DANIEL JOSÉ ARTUS - Diretor sem designação específica
 JEAN PABLO DE MELLO - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores MIRSON JOSE ENGELMANN - Diretor sem designação específica
 ALBERTO CIMENTI NETO - Diretor sem designação específica CRISTIANE RHODEN - Diretora sem designação específica
 LUCIANO MATZENBACHER SCOTTA - Diretor sem designação específica

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- agencias@jornaldocomercio.com.br
- comercial@jornaldocomercio.com.br
- (51) 3213-1333 / 3213-1338
- (51) 99649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC